

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS 2022

Ficha Técnica

Título

Universidade Nova de Lisboa – Relatório e Contas Consolidadas – Ano 2022

Edição

Reitoria da Universidade Nova de Lisboa

Campus de Campolide – 1099-085 Lisboa

reitoria@unl.pt | www.unl.pt

Divisão Financeira da Universidade Nova de Lisboa

junho 2023

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	6	BALANÇO CONSOLIDADO	25
1.1 NOTA INTRODUTÓRIA	6	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS	
1.2 METODOLOGIA	6	RESULTADOS POR NATUREZA	26
2. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO	8	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS	
2.1 ENQUADRAMENTO	8	ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	27
2.2 ORGANIGRAMA DO GRUPO NOVA	8	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS	
2.3 HOMOGENEIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO	9	DE CAIXA	28
2.4 FASES DA CONSOLIDAÇÃO	10	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	29
3. PERÍMETRO EXTERNO	12	NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE,	
3.1 ENQUADRAMENTO NORMATIVO	12	PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL	
3.2 MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO	13	CONTABILÍSTICO	29
3.3 ANÁLISE ÀS ENTIDADES IDENTIFICADAS	14	NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS	
4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	17	CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS	
4.1 NOTA INTRODUTÓRIA	17	ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	41
4.2 BALANÇO CONSOLIDADO	18	NOTA 3 – ATIVOS INTANGÍVEIS	57
ESTRUTURA DO ATIVO LÍQUIDO E DETALHE DAS		NOTA 5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	59
PRINCIPAIS RUBRICAS	18	NOTA 10 – INVENTÁRIOS	63
ESTRUTURA DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO e		NOTA 13 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM	
PASSIVO	19	CONTRAPRESTAÇÃO	64
ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DOS		NOTA 14 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM	
RESULTADOS POR NATUREZAS E DETALHE DAS		CONTRAPRESTAÇÃO	67
PRINCIPAIS RUBRICAS	20	NOTA 15 – PROVISÕES, PASSIVOS	
RENDIMENTOS	20	CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES	69
GASTOS	21	NOTA 16 – EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS	
RESULTADOS	22	DE CÂMBIO	69
INDICADORES	22	NOTA 17 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE	
RÁCIOS DE ESTRUTURA	23	RELATO	70
5. PROPOSTA DA APROVAÇÃO DAS	24	NOTA 18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	70
CONTAS		NOTA 19 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	72
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	25	NOTA 20 – DIVULGAÇÃO DE PARTES	
		RELACIONADAS	73
		NOTA 21 – OUTRAS DIVULGAÇÕES	75
		RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	86

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 – MEP POR ENTIDADE	9	QUADRO 29 – OUTROS RENDIMENTOS.....	66
QUADRO 2 – DETALHE DE IMPACTOS POR ENTIDADES	17	QUADRO 30 – IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E TAXAS	67
QUADRO 3 – ATIVO.....	18	QUADRO 31 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES OBTIDOS.....	68
QUADRO 4 – PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO ..	19	QUADRO 32 – PROVISÕES	69
QUADRO 5 – RENDIMENTOS	20	QUADRO 33 – IMPARIDADES ATIVOS	71
QUADRO 6 – GASTOS.....	21	QUADRO 34 – GASTOS COM PESSOAL.....	72
QUADRO 7 – RESULTADOS	22	QUADRO 35 – GASTOS COM PESSOAL POR ENTIDADE CONSOLIDANTE.....	73
QUADRO 8 – INDICADORES 2022.....	22	QUADRO 36 – PARTES RELACIONADAS, % CONTROLO	74
QUADRO 9 – RÁCIOS 2022	23	QUADRO 37 – PARTES RELACIONADAS, INVESTIMENTOS FINANCEIROS	74
QUADRO 10 – BALANÇO CONSOLIDADO 2022	25	QUADRO 38 – DETALHE DO MEP	75
QUADRO 11 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA 2022.....	26	QUADRO 39 – DEVEDORES POR TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS POR ENTIDADE	76
QUADRO 12 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO 2022 E 2021.....	27	QUADRO 40 – CLIENTES, CONTRIBUINTES E UTENTES.....	76
QUADRO 13 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA 2022	28	QUADRO 41 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	77
QUADRO 14 – PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO 2022.....	34	QUADRO 42 – OUTRAS CONTAS A RECEBER.....	77
QUADRO 15 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS ..	40	QUADRO 43 – DIFERIMENTOS ATIVO	78
QUADRO 16 – VIDA ÚTIL DOS BENS.....	46	QUADRO 44 – DIFERIMENTO PASSIVO	78
QUADRO 17 – ATIVOS INTANGÍVEIS, QUANTIAS ESCRITURADAS	57	QUADRO 45 – FORNECEDORES.....	79
QUADRO 18 – ATIVOS INTANGÍVEIS, VARIAÇÕES DO PERÍODO.....	57	QUADRO 46 – DÍVIDA A FORNECEDORES POR ENTIDADE CONSOLIDANTE.....	79
QUADRO 19 – ATIVOS INTANGÍVEIS, ADIÇÕES DO PERÍODO.....	58	QUADRO 47 – FORNECEDORES DE INVESTIMENTO	79
QUADRO 20 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS, QUANTIAS ESCRITURADAS	60	QUADRO 48 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS	80
QUADRO 21 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS, VARIAÇÕES DO PERÍODO	60	QUADRO 49 – OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	80
QUADRO 22 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS, ADIÇÕES DO PERÍODO.....	61	QUADRO 50 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	81
QUADRO 23 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS, DIMINUIÇÕES DO PERÍODO.....	61	QUADRO 51 – GASTOS COM FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS POR ENTIDADE CONSOLIDANTE	82
QUADRO 24 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS, EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO.....	63	QUADRO 52 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS.....	82
QUADRO 25 – INVENTÁRIOS.....	64	QUADRO 53 – PRESTAÇÕES SOCIAIS.....	83
QUADRO 26 – PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	65	QUADRO 54 – OUTROS GASTOS E PERDAS.....	83
QUADRO 27 – VENDAS DE BENS	65	QUADRO 55 – JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	84
QUADRO 28 – JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	66	QUADRO 56 – PATRIMÓNIO LÍQUIDO	84

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – ORGANIGRAMA DO GRUPO NOVA	8
FIGURA 2 – ELEMENTOS DO CONTROLO DE UMA ENTIDADE.....	12
FIGURA 3 – ORGANOGRAMA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA.....	33

1. INTRODUÇÃO

1.1 NOTA INTRODUTÓRIA

O presente Relatório reporta a atividade consolidada do Grupo NOVA, efetuando, sempre que oportuno, referências às Entidades a título individual.

Cada uma das Entidades dispõe de Órgãos de Gestão próprios, que aprovaram os seus relatórios de gestão e contas individuais, pelo que aqui será realizado um esforço de síntese com o propósito de fornecer uma perspetiva integrada.

Os documentos de prestação de contas consolidadas compreendem:

- a) Relatório de Gestão Consolidado;
- b) Demonstrações financeiras consolidadas:
 - i. Balanço consolidado;
 - ii. Demonstração de resultados consolidada, por natureza;
 - iii. Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado;
 - iv. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação das notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos e mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.

1.2 METODOLOGIA

A apresentação e preparação de Demonstrações Financeiras Consolidadas será efetuada pela NOVA ao abrigo da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas que estabelece os requisitos contabilísticos para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente:

- Procedimentos de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas:

- a) Agregam itens idênticos de ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa da entidade que controla e das entidades controladas;
- b) Eliminam na totalidade os ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa relativos a transações entre entidades integradas no Grupo (rendimentos ou gastos resultantes de transações intragrupo que estão reconhecidos em ativos, nomeadamente em inventários ou ativos fixos tangíveis são eliminados na totalidade). Perdas intragrupo podem indicar uma perda por imparidade que requer reconhecimento nas demonstrações financeiras consolidadas.

- Políticas contabilísticas uniformes

Se uma entidade do grupo aplicar políticas contabilísticas diferentes das adotadas nas demonstrações financeiras consolidadas para transações e acontecimentos semelhantes em circunstâncias semelhantes, devem ser feitos ajustamentos apropriados às demonstrações financeiras dessa entidade do grupo aquando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de modo a assegurar a conformidade com as políticas contabilísticas do Grupo.

- **Mensuração**

Uma entidade inclui os rendimentos e os gastos de uma entidade controlada nas suas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que obtém controlo e até à data em que deixa de controlar a entidade. Os rendimentos e gastos da entidade controlada baseiam-se nas quantias dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas na data da aquisição. Por exemplo, os gastos de depreciação reconhecidos na demonstração dos resultados após a data de aquisição baseiam-se no justo valor dos ativos depreciables conexos reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas na data da aquisição.

- **Datas de relato**

As demonstrações financeiras da entidade que controla e das suas entidades controladas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas devem referir-se à mesma data de relato.

2. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

2.1 ENQUADRAMENTO

De modo a que as Demonstrações Financeiras das entidades utilizem os mesmos critérios e princípios contabilísticos, todas as entidades foram informadas dos principais registos contabilísticos, nomeadamente, contabilização de projetos de investigação, especialização de proveitos e custos e reconhecimento de dívida de alunos.

Estes procedimentos visam não só a harmonização dos princípios contabilísticos, mas também critérios de reconhecimento nas operações relevantes das diversas entidades, que proporcionem resultados mais verdadeiros e consistentes da posição financeira do grupo.

2.2 ORGANIGRAMA DO GRUPO NOVA

O perímetro de consolidação do Grupo NOVA é ilustrado na *Figura 1 – Organigrama do Grupo NOVA*. A Universidade NOVA de Lisboa enquanto entidade-mãe inclui no seu âmbito as Unidades Orgânicas, a Reitoria e os Serviços de Ação Social.

De acordo com a análise, a estrutura do Grupo NOVA é a seguinte:

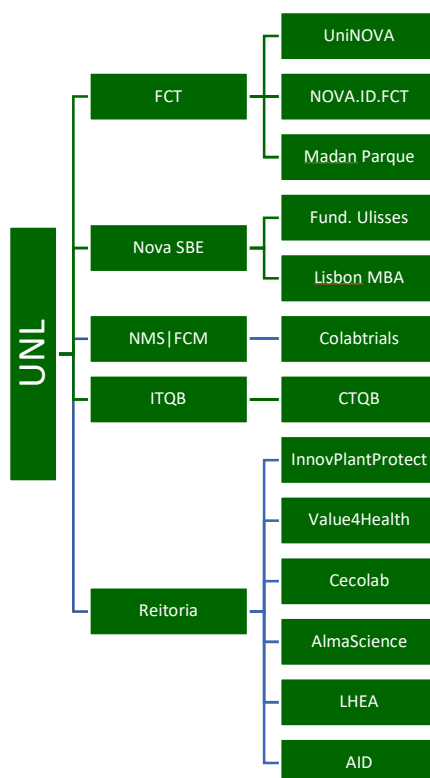


Figura 1 – Organigrama do Grupo NOVA

Na consolidação de contas do Grupo NOVA foram aplicados dois métodos de consolidação: o Método de Equivalência Patrimonial para as entidades i) Madan Parque, ii) Fundação Ulisses, iii) Lisbon MBA, iv) CTQB, v) InnovPlantProtect, vi) Value4Health, vii) CECOLAB, viii) Almascience, ix) LHEA, x) AID, e xi) Colabtrials e o Método da Consolidação Integral para as entidades xii) UniNOVA e xiii) NOVA.ID.

As entidades incluídas no perímetro pelo Método da Equivalência Patrimonial apresentam-se nas demonstrações financeiras do Grupo NOVA na rubrica de participações financeiras e apresentam a seguinte informação financeira:

Participada	% Interesse	Capitais próprios/ Fundo associativo 31/12/2022	Resultado Líquido período	Outras variações Património Líquido 31/12/2022	Aplicação Método Equivalência Patrimonial
Uninova - Instituto de Desenvolvimento de Novas Tecnologias	84,18%	a) 3 104 553 €	a) 233 448 €	a) 0 €	196 516 €
NOVA.ID.FCT - Associação para Inovação e Desenvolvimento da FCT	42,86%	7 000 €	207 320 €	594 401 €	42 509 €
Madan Parque - Associação Parque de Ciência e Tecnologia Almada/Setúbal	49,02%	972 042 €	(129 610 €)	(183 850 €)	195 €
Ulisses - Fundação para o Desenvolvimento da Gestão, F.P.	49,80%	a) 250 000 €	a) 41 862 €	a) 0 €	18 817 €
Associação The Lisbon MBA	50,00%	a) 0 €	a) 59 344 €	a) 0 €	29 672 €
CTQB - Centro Tecnologia Química e Biológica	100,00%	0 €	(6 989 €)	(60 479 €)	0 €
InnovPlantProtect - Associação	14,00%	a) 100 000 €	a) 77 431 €	a) 0 €	0 €
V4H - Associação para a Investigação em valor e Inovação Tecnológica em Saúde (Value4Health.Colab)	40,00%	5 000 €	8 283 €	0 €	0 €
Associação AlmaScience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e Sustentáveis	5,26%	a) 95 000 €	a) 53 209 €	a) 0 €	0 €
LHEA - Association for Lifelong Health Education	24,39%	2 050 000 €	(199 080 €)	3 058 244 €	(36 953 €)
Associação CECOLAB - Collaborative Laboratory Towards Circular Economy	5,26%	c) 95 000 €	c) 134 705 €	c) 1 935 734 €	b)
AID - Associação para a Promoção do Almada Innovation District	23,81%	210 000 €	(55 483 €)	0 €	(13 210 €)
Associação COLABTRIALS - Laboratório Colaborativo para a Inovação em Ensaios Clínicos	11,11%	45 000 €	18 497 €	0 €	1 606 €
					239 150 €

Notas:

- a) À data da elaboração do Relatório & Contas Consolidadas 2022 da Universidade NOVA de Lisboa, não nos foram disponibilizadas as contas na sua versão final ou draft, pelo que a informação apresentada diz respeito ao exercício de 2021.
- b) Aquando da elaboração do Relatório & Contas de 2022 da Universidade NOVA de Lisboa, não nos foram disponibilizadas atempadamente as contas na sua versão final ou draft que nos permitisse efetuar o respetivo cálculo do MEP.
- c) À data da elaboração do Relatório & Contas Consolidadas 2022 da Universidade NOVA de Lisboa, não nos foram disponibilizadas as contas na sua versão final ou draft, pelo que a informação apresentada diz respeito ao exercício de 2020.

Quadro 1 – MEP por Entidade

O efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial nas entidades acima identificadas consubstanciou-se no aumento do resultado líquido do período do Grupo NOVA em 239 150 EUR.

2.3 HOMOGENEIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A homogeneização da informação e a eliminação das operações internas das entidades que integram o grupo público é fundamental para assegurar a concretização dos objetivos inerentes à consolidação. A imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, do desempenho económico e dos fluxos de caixa das demonstrações financeiras consolidadas só será assegurada se as entidades consolidadas prepararem as suas demonstrações financeiras individuais de acordo com princípios e critérios contabilísticos uniformes.

O normativo contabilístico a adotar para a prestação de contas consolidadas é o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro.

Por isso, todas as entidades do perímetro de consolidação prepararam a informação para a consolidação de acordo com os mesmos princípios, regras, procedimentos e critérios contabilísticos constantes no SNC-AP.

As entidades integrantes do perímetro de consolidação que aplicam o Sistema de Normalização Contabilística, SNC, designadamente, as empresas, associações e institutos, converteram as suas contas para o SNC-AP.

Os elementos materialmente relevantes do ativo, do passivo e dos fundos próprios/capitais próprios, mensurados, por método que não cumpriu o requisito de uniformidade estabelecido foi objeto de reclassificação ou correção de acordo com as normas definidas, sendo os ajustamentos necessários considerados unicamente para efeitos de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

2.4 FASES DA CONSOLIDAÇÃO

Após os procedimentos de homogeneização procederam-se às operações de soma, eliminação e ajustamentos de saldos, que se elencam de seguida:

1. Soma de saldos das demonstrações financeiras individuais

No método de consolidação integral, adicionou-se, a 100%, os ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos da NOVA ao das entidades participadas.

No método de consolidação proporcional, às demonstrações financeiras da NOVA somou-se a quota-parte detida nos ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos das entidades sobre as quais exerce controlo conjunto;

No método da equivalência patrimonial, não há qualquer integração.

2. Anulação dos efeitos decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial

A aplicação do método da equivalência patrimonial altera, positiva ou negativamente, a quantia escriturada dos investimentos financeiros. Essas alterações foram expurgadas da quantia escriturada do investimento para que se fique, apenas, com o custo de aquisição na rubrica “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial”.

3. Eliminação da participação financeira

A alínea a) do §12 da NCRF 15 refere que são eliminadas as quantias escrituradas do investimento da empresa-mãe em cada subsidiária e a parte da empresa-mãe no capital próprio de cada subsidiária, devendo o tratamento de qualquer goodwill, ou negative goodwill, seguir o previsto na NCRF 14. A NCP 22 no §23 da NCP 22 alínea a) prevê a eliminação da quantia escriturada do investimento.

Assim, procedeu-se da seguinte forma:

- i. Eliminação do custo de aquisição e da fração dos capitais próprios das participadas à data de aquisição – diferença de aquisição;
- ii. Imputação da diferença de mensuração;
- iii. Reconhecimento da diferença de consolidação;

4. Reconhecimento dos interesses que não controlam

No balanço consolidado, os interesses que não controlam são apresentados logo após o resultado líquido do período e incluíram o resultado que lhes é atribuível.

Na demonstração consolidada dos resultados, o resultado líquido do período determinado foi repartido entre o atribuível aos detentores do capital da NOVA e o atribuível aos interesses que não controlam.

5. Eliminação dos saldos intragrupo e das operações recíprocas e não recíprocas, de acordo com a alínea c) do §23 NCP 22.

No método da equivalência patrimonial, dado que não há integração dos elementos das demonstrações financeiras individuais, não haverá qualquer anulação dos saldos Intragrupo.

3. PERÍMETRO EXTERNO

O último parecer relativo ao perímetro externo do Grupo NOVA foi solicitado à DFK & Associados, SROC, Lda. com referência a 31 de dezembro de 2021. Durante o exercício de 2022 não se identificaram aumentos/diminuições relevantes de entidades com influência significativa, pelo que se adotou o perímetro externo identificado para o exercício de 2021.

3.1 ENQUADRAMENTO NORMATIVO

Tal como previsto na NCP 22, uma entidade controla outra entidade quando está exposta, ou tem direito a benefícios variáveis, decorrentes do seu desenvolvimento com outra entidade e tem a capacidade de afetar a natureza e a quantia desses benefícios, através do poder que exerce sobre outra entidade. Uma entidade deve atender a todos os factos e circunstâncias para verificar se controla outra entidade (§§ 13 e 14 da NCP 22), conforme demonstrado na figura abaixo:

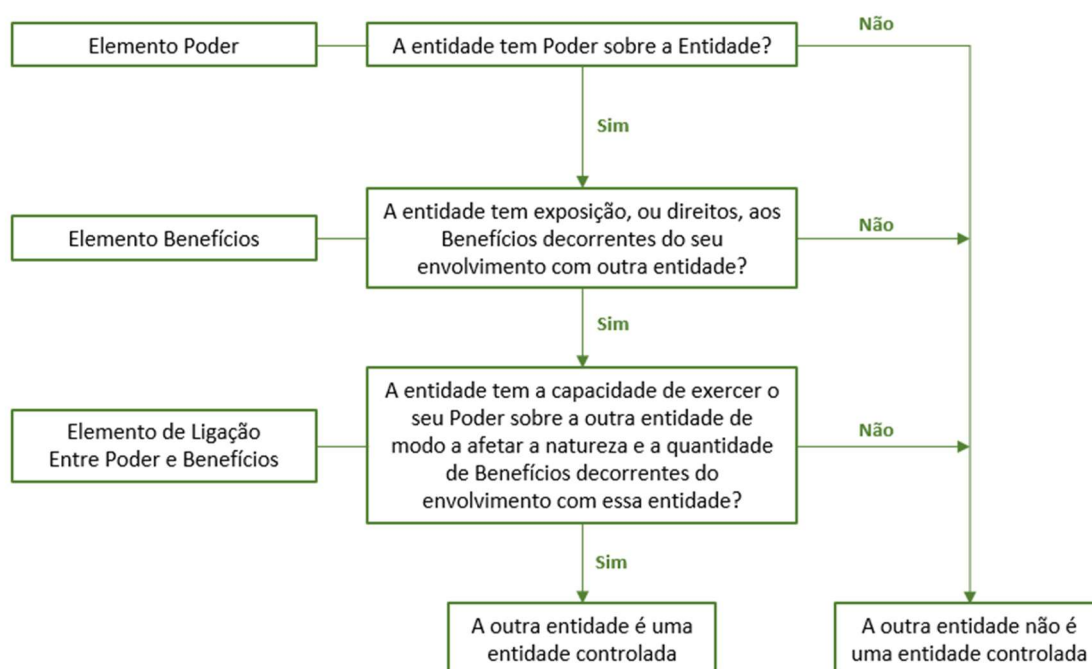


Figura 2 – Elementos do controlo de uma Entidade

Poder:

Direitos existentes que proporcionam a capacidade de dirigir as atividades relevantes de outra entidade (§9 da NCP 22). Em alguns casos, a avaliação do poder é imediata, como sucede quando o poder sobre outra entidade é obtido diretamente, e exclusivamente, a partir do seguinte: Direito de votos. A existência de direitos sobre outra entidade geralmente observados através de poder regulador ou dependência económica, não implicam automaticamente a existência de poder no âmbito da NCP 22 [poder para avaliação do controlo] (§17 da NCP 22).

Benefícios:

Vantagens que uma entidade usufrui devido ao seu envolvimento com outras entidades. Os benefícios podem ser financeiros ou não financeiros. O impacto na entidade decorrente daquele envolvimento pode ter aspetos positivos ou negativos. As entidades envolvem-se com outras entidades com a expectativa de obtenção de benefícios financeiros ou não financeiros ao longo do tempo. Contudo, num determinado período de relato, os benefícios podem ser positivos, negativos ou uma combinação de benefícios positivos e negativos.

Identificados os elementos que evidenciam se uma entidade controla ou não outra entidade, importa ainda esclarecer acerca dos vários tipos de controlo que farão assumir para cada entidade que consta no perímetro externo de consolidação o respetivo método de consolidação. Assim, temos:

- Controlo (exclusivo): A entidade controla quando cumulativamente tem i) poder sobre a outra, ii) exposição aos benefícios, e iii) capacidade de exercer poder.
- Influência significativa: Esta influência significativa pode ser exercida através de várias formas, como i) representação do Órgão de Gestão, ii) participação no processo de elaboração de políticas, e iii) intercâmbio de pessoal da gestão, ou na dependência de informação técnica.

Após distinguir os tipos de controlo exercidos sobre a entidade, é necessário distinguir também entre dois tipos de percentagens de controlo:

- Percentagem de interesse (ou de participação): Exprime a fração do capital da entidade dependente detida, direta e indiretamente, pela entidade-mãe. O valor da percentagem de interesse é calculado pelo produto sucessivo das percentagens de participação nas entidades direta ou indiretamente dependentes. Havendo participações detidas de forma direta e indireta, a percentagem de participação efetiva resulta da soma das percentagens de participação;
- Percentagem de controlo (ou direitos de voto): Exprime o grau de dependência das entidades participadas relativamente à entidade participante, ou seja, traduz a capacidade efetiva da entidade participante de determinar as políticas financeiras e operacionais, de nomear ou demitir os membros dos diversos órgãos, independentemente de ter mais de metade dos direitos de voto ou não.

3.2 MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO

Com base no enquadramento normativo evidenciado no ponto anterior, aplicado durante a análise às entidades identificadas, será apurado o respetivo método de consolidação para cada entidade que englobe o perímetro externo. Os métodos de consolidação a utilizar, por tipo de controlo, podem-se sintetizar da seguinte forma:

i) Controlo exclusivo:

- a. Tipo de participação: Entidades controladas (subsidiárias), normalmente a participação financeira é superior a 50%;
- b. NCP aplicável: NCP 22;
- c. Contas individuais: MEP (por regra);
- d. Método de consolidação: MCI (Método de Consolidação Integral);

ii) Influência significativa:

- a. Tipo de participação: Associada, normalmente a participação financeira é entre 20% e 50%;

- b. NCP aplicável: NCP 23;
- c. Contas individuais: MEP (por regra);
- d. Método de consolidação: MEP;

iii) Controlo conjunto:

- a. Tipo de participação: Empreendimento conjunto (ECC);
- b. NCP aplicável: NCP 23;
- c. Contas individuais: MEP;
- d. Método de consolidação: MEP;

iv) Sem influência significativa:

- a. Tipo de participação: Outras entidades, normalmente com participação financeira inferior a 20%;
- b. NCP aplicável: NCP 18;
- c. Contas individuais: Método do Custo ou Método do Justo Valor;
- d. Método de consolidação: Método do Custo ou Método do Justo Valor.

Importa relembrar que os métodos de consolidação apresentados baseiam-se exclusivamente nas percentagens de participação detidas pela empresa-mãe. A estas percentagens de participação financeira pode sobrepor-se uma percentagem de presunção de controlo, sendo assim necessária uma análise cuidada em cada entidade.

3.3 ANÁLISE ÀS ENTIDADES IDENTIFICADAS

Com base na metodologia de trabalho já mencionada foram identificadas 49 entidades que, de alguma forma, se relacionam com as diversas Entidades Constitutivas da Universidade NOVA de Lisboa, como se segue:

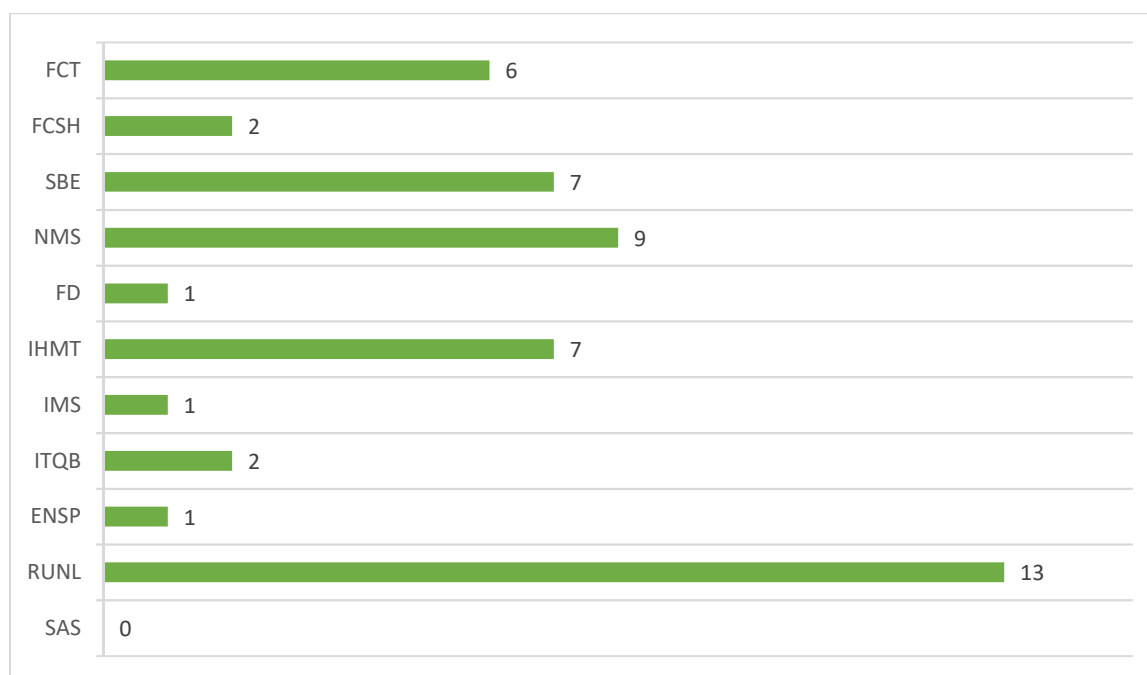


Gráfico 1 – N.º Entidades identificadas por EC

O detalhe das entidades identificadas, por Entidade Constitutiva, foi o seguinte:

a) FCT:

- i. NOVA.ID.FCT;
- ii. Madan Parque;
- iii. Ageneal;
- iv. Novaalmada Velha;
- v. UniNOVA;
- vi. IBET;

b) FCSH:

- i. IC NOVA – Instituto de Comunicação da NOVA;
- ii. IL NOVA – Instituto de Línguas da Universidade NOVA de Lisboa;

c) NOVA SBE:

- i. NOVA Fórum;
- ii. NOVA Fórum Executivos;
- iii. Exponencial Institute;
- iv. Fundação Alfredo de Sousa;
- v. Lisbon MBA;
- vi. Fundação Ulisses;
- vii. Angola Business School;

d) NOVA Medical School:

- i. CCAL – Centro Clínico Académico de Lisboa;
- ii. CEDOC – Chronic Diseases;
- iii. CHRC;
- iv. CINTESIS;
- v. iNOVA4health;
- vi. ToxOmics;
- vii. Saúde Global;
- viii. RISE;
- ix. Colabtrials;

e) Faculdade de Direito da UNL:

- i. JurisNOVA;

f) IHMT:

- i. ADMT – Associação para o Desenvolvimento da Medicina Tropical;
- ii. Clínica Tropical;
- iii. Microbiologia Médica;
- iv. Parasitologia Médica;
- v. Saúde Pública Internacional e Bioestatística;
- vi. Serviço de Interesse Comum;
- vii. Centro de Investigação e Desenvolvimento GHMT;

g) NOVA IMS:

- i. AD.NOVA.IMS – Associação para o Desenvolvimento da NOVA Information Management School;

h) ITQB:

- i. IBET;

- ii. CTQB – Centro de Tecnologia Química e Biológica;

i) ENSP:

- i. NOVA Saúde Pública – Associação para a Investigação e Desenvolvimento da Escola Nacional de Saúde Pública;

j) Reitoria da UNL:

- i. InnovPlant Protect;
- ii. Value4Health.CoLAB;
- iii. CECOLAB;
- iv. Vortex;
- v. CoLAB4Food;
- vi. AlmaScience;
- vii. SFCoLAB;
- viii. NET4CO2;
- ix. BIOREF;
- x. IBET;
- xi. LHEA;
- xii. NANOMAT;
- xiii. AID.

Das 49 entidades identificadas, a DFK & Associados, SROC, Lda. concluiu que 13 delas deveriam fazer parte do perímetro externo de consolidação de contas para o exercício de 2022, sendo elas:

- (1) UniNOVA e (2) NOVA.ID.FCT, utilizando o Método de Consolidação Integral; e
- (3) Madan Parque, (4) Fundação Ulisses, (5) Lisbon MBA, (6) CTQB, (7) InnovPlant Protect, (8) Value4Health.CoLAB, (9) CECOLAB, (10) AlmaScience, (11) LHEA, (12) AID, e (13) Colabtrials, utilizando o Método de Equivalência Integral como método de consolidação.

4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.1 NOTA INTRODUTÓRIA

O Balanço, a Demonstração de Resultados e o Mapa dos Fluxos de Caixa do Grupo NOVA, que se apresentam nos pontos seguintes, resultam da consolidação das contas individuais de cada uma das entidades, as quais foram previamente aprovadas pelos órgãos de Governo de cada uma destas instituições que integram o grupo. Conforme mencionado no ponto 3, o método de consolidação foi definido pelo Fiscal Único em 2021, mantendo-se para o exercício de 2022 e consta do relatório de suporte às contas consolidadas do referido ano.

É importante realçar que as demonstrações financeiras da entidade UniNOVA consideradas dizem respeito ao exercício de 2021, e a sua utilização é essencial por ser aplicado o método de consolidação integral e por conseguinte ter um impacto direto na consolidação do grupo. Apesar do nosso esforço, não foi possível obter em tempo útil a informação referente às contas de 2022 desta entidade, segundo a própria, devido a esta se encontrar em fase de adaptação a) ao regime geral orçamental, b) ao sistema de informação Gerfip e c) ao normativo contabilístico SNC-AP. Adicionalmente, fomos informados pela própria entidade que foi solicitada uma prorrogação do prazo de entrega da conta até ao dia 31 de julho.

No Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, detalham-se os métodos de consolidação utilizados e quais as entidades a que foram aplicados.

Entidade	% Participação	EBITDA		Total Ativo		Total Passivo		Capital Próprio		Rácios	
		Val. Abs.	Val. Rel.	Val. Abs.	Val. Rel.	Val. Abs.	Val. Rel.	Val. Abs.	Val. Rel.	Aut. Fin.	Endivid.
UNL		11 599 902 €	88,7%	467 218 500 €	94,9%	235 963 216 €	90,7%	231 255 284 €	99,6%	79,4%	- €
UniNOVA	84,18%	622 974 €	4,8%	18 188 706 €	3,7%	16 060 832 €	6,2%	2 127 874 €	0,9%	11,7%	- €
NOVA.ID	42,86%	1 329 561 €	10,2%	10 000 273 €	2,0%	8 301 794 €	3,2%	1 698 479 €	0,7%	17,0%	- €
Ajustamentos Consolidado na UNL		(475 854 €)	(0,0%)	(3 134 154 €)	(0,0%)	(285 602 €)	(0,0%)	(2 848 552 €)	(0,0%)		
		13 076 583 €	100,0%	492 273 325 €	100,0%	260 040 240 €	100,0%	232 233 085 €	100,0%	75,6%	- €

Quadro 2 – Detalhe de impactos por Entidades

No quadro acima, as entidades consolidadas através do Método de Equivalência Patrimonial encontram-se excluídas dado que as suas participações estão refletidas através deste método, nas contas da Fundação da Universidade NOVA de Lisboa. Os fundos próprios das entidades que consolidam integralmente são anulados em resultado da aplicação de procedimentos de consolidação, sendo, por este motivo apresentados valores nulos em cada uma destas entidades.

Analisando os impactos individuais na conta consolidada verificamos que o contributo das participadas representa 5,1% do ativo líquido e 5,8% do total de rendimentos, contribuindo para o aumento do EBITDA consolidado com 1,5 milhões EUR, o que representa uma adição de cerca de 11,3%.

No que se refere ao impacto das participadas no ativo e no passivo das participadas verifica-se que o contributo é de 25,1 e 24 milhões EUR, respetivamente. Assim sendo, percentualmente o seu peso é de 5,1% no ativo do balanço final e de 9,3% do passivo.

Por outro lado, o passivo do grupo ascende a 260 milhões EUR, dos quais 24 milhões EUR são da responsabilidade das entidades participadas, representando 9,3% do passivo total. Deste passivo destaca-se o montante na rubrica outras contas a pagar que ascende a 11,9 milhões EUR.

Em resumo, e na generalidade, o contributo das entidades participadas para as contas consolidadas do Grupo NOVA apesar de pouco relevante, é positivo.

4.2 BALANÇO CONSOLIDADO

ESTRUTURA DO ATIVO LÍQUIDO E DETALHE DAS PRINCIPAIS RUBRICAS

Descrição	31/12/2022			
	Grupo NOVA	Peso Relativo	NOVA	Participadas
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	217 538 956 €	44,2%	214 471 630 €	3 067 326 €
Ativos intangíveis	1 064 362 €	0,2%	1 002 740 €	61 621 €
Participações financeiras	2 820 204 €	0,6%	5 637 816 €	(2 817 612 €)
Outros ativos financeiros	198 984 €	0,0%	125 000 €	73 984 €
Outras contas a receber	0 €	0,0%	0 €	0 €
Total Ativo não corrente	221 622 505 €	45,0%	221 237 186 €	385 319 €
Ativo corrente				
Inventários	170 842 €	0,0%	71 945 €	98 897 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	137 544 611 €	27,9%	135 793 960 €	1 750 651 €
Clientes, contribuintes e utentes	28 358 208 €	5,8%	28 157 042 €	201 166 €
Estado e outros entes públicos	428 976 €	0,1%	24 260 €	404 716 €
Outras contas a receber	8 524 188 €	1,7%	7 437 790 €	1 086 399 €
Diferimentos	1 255 693 €	0,3%	1 203 023 €	52 670 €
Caixa e depósitos	94 368 302 €	19,2%	73 293 294 €	21 075 008 €
Total Ativo corrente	270 650 820 €	55,0%	245 981 314 €	24 669 507 €
Total Ativo	492 273 325 €	100,0%	467 218 500 €	25 054 825 €

Quadro 3 - Ativo

Em 2022, o Ativo do Grupo NOVA ascendeu a 492,3 milhões EUR, sendo 45% de ativo não corrente representado essencialmente pelos ativos fixos tangíveis. O Ativo corrente ascendeu a 270,7 milhões EUR, sendo as suas maiores fatias representadas pelas rubricas Devedores por transferência e subsídios não reembolsáveis e Caixa e depósitos, à semelhança do ano anterior.

Desta análise, e face ao ano transato, destaca-se o aumento nas rubricas Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis em 17,6 milhões EUR, justificando-se essencialmente, com o acréscimo de montantes por receber no final do exercício com projetos de infraestruturas, projetos I&D, ERASMUS e Plano de Recuperação e Resiliência. Também a rubrica Caixa e depósitos obteve um acréscimo de 24,4 milhões EUR face ao período homólogo.

Com a incorporação do perímetro externo no balanço da NOVA é verificado um aumento de 25,1 milhões EUR no ativo sendo esse aumento refletido essencialmente nas rubricas Caixa e depósitos (21,1 milhões EUR), Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis (1,7 milhões EUR) e ainda em Outras contas a receber (1,1 milhões EUR).

De referir que em termos de Ativos fixos tangíveis e Ativos intangíveis, cerca de 98,6% corresponde à Fundação da Universidade NOVA de Lisboa, sendo que, em termos de ativos intangíveis a componente mais representativa das entidades participadas diz respeito a programas de computador e sistemas de informação, enquanto que nos ativos tangíveis a componente com maior peso diz respeito a equipamento básico e edifícios e outras construções.

Em termos da componente de caixa e depósitos, a Fundação da Universidade NOVA de Lisboa tem um peso de 77,7% do total do Grupo NOVA.

ESTRUTURA DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO

Descrição	31/12/2022			
	Grupo NOVA	Peso Relativo	NOVA	Participadas
Património líquido				
Património/Capital	117 331 189 €	23,8%	117 331 189 €	0 €
Reservas	16 451 375 €	3,3%	16 451 375 €	0 €
Resultados transitados	10 053 299 €	2,0%	10 053 299 €	0 €
Ajustamentos em ativos financeiros	781 543 €	0,2%	781 543 €	0 €
Excedentes de revalorização	32 038 181 €	6,5%	32 038 181 €	0 €
Outras variações no património líquido	51 982 365 €	10,6%	51 982 365 €	0 €
Diferenças de consolidação	236 829 €	0,0%	0 €	236 829 €
Resultado líquido do período	2 426 852 €	0,5%	2 617 332 €	190 480 €
Interesses que não controlam	931 453 €	0,2%	0 €	931 453 €
Total Património líquido	232 233 085 €	47,2%	231 255 284 €	1 358 762 €
Passivo não corrente				
Provisões	751 888 €	0,2%	751 888 €	0 €
Diferimentos	7 308 702 €	1,5%	7 308 702 €	0 €
Outras contas a pagar	9 916 458 €	2,0%	9 916 458 €	0 €
Total Passivo não corrente	17 977 048 €	3,7%	17 977 048 €	0 €
Passivo corrente				
Fornecedores	1 551 587 €	0,3%	994 883 €	556 704 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0 €	0,0%	0 €	0 €
Estado e outros entes públicos	5 793 186 €	1,2%	5 510 575 €	282 611 €
Financiamentos otidos	301 912 €	0,1%	0 €	301 912 €
Fornecedores de investimentos	267 823 €	0,1%	222 847 €	44 976 €
Outras contas a pagar	38 950 200 €	7,9%	27 055 193 €	11 895 006 €
Diferimentos	195 198 485 €	39,7%	184 202 670 €	10 995 815 €
Total Passivo corrente	242 063 192 €	49,2%	217 986 168 €	24 077 024 €
Total Património líquido e Passivo	492 273 325 €	100,0%	467 218 500 €	25 054 825 €

Quadro 4 – Património líquido e Passivo

No ano em análise, o património líquido cifra-se em 232,2 milhões EUR, constatando-se um aumento de 0,2%, mantendo o crescimento verificado no ano anterior, pelo montante de 424 037 EUR.

Comparativamente ao exercício anterior, verificamos que o aumento da rubrica Outras variações no património líquido (2,1 milhões EUR) se deve essencialmente ao reconhecimento de subsídios na proporção dos valores das depreciações de bens subsidiados pelo montante de 5,4 milhões EUR. Em sentido inverso, na mesma rubrica, verifica-se um aumento de 3,3 milhões EUR referente a regularizações de projetos/subsídios, bem como às cedências/regularizações de ativos fixos tangíveis, sendo as variações registadas de total responsabilidade da Fundação da Universidade NOVA de Lisboa.

De referir que apesar do aumento da rubrica Resultados transitados por via da aplicação do resultado líquido do exercício anterior, esta acarreta várias correções referentes a exercícios anteriores (onde destacamos regularizações no âmbito da especialização do exercício de subvenções e propinas, ajustamentos de provisões e de participações financeiras detidas pela Fundação da Universidade NOVA de Lisboa) tendo-se assim verificado um aumento líquido da rubrica em 5,5 milhões EUR.

Relativamente à rubrica Interesses que não controlam, esta representa a parcela do património líquido ou do capital próprio de uma entidade controlada não imputável, diretamente ou indiretamente, a uma entidade que controla. Assim, nesta rubrica, verificámos um decréscimo de 903 418 EUR face ao exercício anterior, que é essencialmente justificado pelo cálculo do MEP (UniNOVA e NOVA.ID) ser inferior em 122 165 EUR e pela diminuição verificada em Outras variações no património líquido na NOVA.ID, pelo montante de 628 868 EUR.

Relativamente ao passivo não corrente, a sua variação face ao exercício anterior deve-se totalmente às variações ocorridas na Fundação da Universidade NOVA de Lisboa, onde se verificou o registo de 7,3 milhões EUR na rubrica Diferimentos e uma diminuição da rubrica Provisões pelo montante de

712 588 EUR. Os Diferimentos registados estão relacionados com rendimentos a reconhecer nos próximos 29 anos, devido à constituição do direito de superfície, pelo montante de 7,3 milhões EUR. As provisões registadas dizem respeito a processos judiciais onde se prevê que seja possível incorrer em gastos futuros para a UNL (156 764 EUR) e aprovisionamento de prestações de serviços e possíveis devoluções de verbas relacionadas com projetos de investigação (595 124 EUR).

Os 9,9 milhões EUR registados na rubrica Outras contas a pagar, referem-se ao estipulado no Despacho Conjunto n.º 291/2004, no âmbito da reafectação ao Ministério da Ciência e Tecnologia do Ensino Superior de parte do PM 65/Lisboa e mantêm-se inalterados face ao exercício anterior.

Relativamente ao passivo corrente, que ascendeu a 242,1 milhões EUR, verificou-se um aumento de 17% face ao exercício anterior, correspondente a 35,2 milhões EUR. O principal contributo para este aumento deve-se à rubrica Diferimentos, cujo incremento se cifrou em 195,2 milhões EUR. Importa salientar que nesta rubrica encontram-se registados os montantes relativos aos rendimentos a reconhecer de projetos, transferências e subsídios de capital obtidos com condições e diferimentos de propinas a receber.

A rubrica Estado e outros entes públicos, no montante de 5,8 milhões EUR evidência, essencialmente, o montante dos descontos retidos aos trabalhadores no processamento salarial do mês de dezembro, bem como os respetivos encargos das entidades enquanto entidade patronal. No valor mencionado, as entidades que englobam o perímetro externo contribuem com um montante de 282 611 EUR.

No passivo, destacamos ainda o aumento da rubrica Financiamentos obtidos para o montante de 301 912 EUR. Este aumento de 100% verificada nos financiamentos obtidos deve-se, na sua totalidade, à entidade NOVA.ID que corresponde ao montante relacionados com contas bancárias caucionadas (300 000 EUR) e a cartões de crédito (1 912 EUR).

ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS E DETALHE DAS PRINCIPAIS RUBRICAS

RENDIMENTOS

Descrição	2022			
	Grupo NOVA	Peso Relativo	NOVA	Participadas
Rendimentos				
Impostos, contribuições e taxas	48 637 681 €	22,3%	48 661 207 €	(23 525 €)
Vendas	298 146 €	0,1%	296 983 €	1 162 €
Prestações de serviços e concessões	10 520 567 €	4,8%	9 127 440 €	1 393 127 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	148 333 533 €	67,9%	135 088 850 €	13 244 684 €
Rendimento imputados de en. Control. Ass. E empreendimentos conjuntos	125 €	0,0%	289 314 €	(289 189 €)
Trabalhos para a própria entidade	650 €	0,0%	0 €	650 €
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	0 €	0,0%	2 715 656 €	(2 715 656 €)
Provisões (aumentos)	0 €	0,0%	161 098 €	(161 098 €)
Outros rendimentos	10 527 869 €	4,8%	9 343 308 €	1 184 561 €
Juros e rendimentos similares obtidos	55 641 €	0,0%	55 641 €	0 €
Total Rendimentos	218 374 213 €	100,0%	205 739 497 €	12 634 716 €

Quadro 5 - Rendimentos

No exercício de 2022, os rendimentos ascenderam a 218,4 milhões EUR, o que representou um aumento de 7,7%, pelo montante de 15,7 milhões EUR. Esta evolução resultou, em grande parte, da variação verificada nas rubricas Transferências e subsídios correntes, Impostos, contribuições e taxas e Prestações de serviços e concessões.

As transferências e subsídios correntes obtidos diminuíram o seu peso relativo em cerca de 0,7 p.p., representando no exercício em análise 67,9% do total dos rendimentos, assim como a prestações de

serviços e concessões também diminuíram em 0,8% face ao exercício anterior cifrando-se 10,5 milhões EUR e com uma representatividade de 4,8% no total dos rendimentos. Em sentido inverso, os impostos, contribuições e taxas (propinas e emolumentos) sofreram um acréscimo de 1,8 p.p. face ao seu período homólogo traduzindo-se em termos absolutos em 48,6 milhões EUR, representando assim 22,3% do total dos ativos.

Em relação às transferências e subsídios correntes obtidos, apesar da diminuição do peso no conjunto dos rendimentos do exercício, observa-se um aumento da rubrica em 9,3 milhões EUR o que representa um acréscimo de 6,7%. Este acréscimo justifica-se essencialmente pelas transferências correntes obtidas e dos subsídios provenientes de instituições sem fins lucrativos bem como no aumento do Orçamento de Estado em 3,4 milhões EUR. De salientar que a Fundação da Universidade NOVA de Lisboa tem um peso de 91,1% nesta rubrica.

Os rendimentos provenientes de impostos, contribuições e taxas, que em 2022 ascenderam a 48,6 milhões EUR são representativos de cerca de 22,3% dos rendimentos totais, tendo-se verificado um aumento de 7,1 milhões EUR face ao exercício anterior, devendo-se essencialmente aos rendimentos provenientes de propinas, decorrente do aumento do número de estudante matriculados. O saldo desta rubrica é composto integralmente pelos saldos da Fundação da Universidade NOVA de Lisboa, bem como ajustamentos Intragrupo.

As prestações de serviços e concessões, que evidenciam um peso relativo de 4,8%, revelaram uma diminuição de 0,8% comparativamente com 2021, justificado em grande parte pela diminuição dos rendimentos oriundos da prestação de serviços do sector da saúde e serviços laboratoriais prestados à comunidade no âmbito da testagem à Covid-19. Importa salientar que a Fundação da Universidade NOVA de Lisboa representa 85,9% das prestações de serviços do Grupo NOVA, a UniNOVA com uma representatividade de 4,6% e a NOVA.ID com 9,5%.

GASTOS

Descrição	2022		NOVA	Participadas
	Grupo NOVA	Peso Relativo		
Gastos				
Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	0 €	0,0%	50 164 €	(50 164 €)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	439 278 €	0,2%	421 899 €	17 380 €
Fornecimentos e serviços externos	47 170 498 €	21,9%	40 884 753 €	6 285 746 €
Gastos com pessoal	143 073 333 €	66,3%	135 299 461 €	7 773 872 €
Transferências e subsídios concedidos	11 743 520 €	5,4%	11 861 295 €	(117 775 €)
Prestações sociais	138 020 €	0,1%	138 020 €	0 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	55 911 €	0,0%	2 729 527 €	(2 673 615 €)
Provisões (aumentos)	2 002 €	0,0%	163 100 €	(161 098 €)
Outros gastos	2 677 340 €	1,2%	2 551 609 €	125 731 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	10 436 884 €	4,8%	8 973 124 €	1 463 760 €
Juros e gastos similares suportados	52 175 €	0,0%	49 214 €	2 961 €
Imposto sobre o rendimento	3 005 €	0,0%	0 €	3 005 €
Total Gastos	215 791 967 €	100,0%	203 122 165 €	12 669 802 €

Quadro 6 - Gastos

O total dos gastos do Grupo NOVA ascendeu a 215,8 milhões EUR, o que representou um aumento de 9,1% face a 2021, sendo que a rubrica com maior expressão consiste nos gastos com pessoal, que representa 66,3% dos gastos do Grupo NOVA em 2022.

Esta rubrica verifica um acréscimo de 6,6% face ao ano transato, no montante de 8,8 milhões EUR, apesar de se ter verificado um decréscimo de 1,6% no peso total dos gastos. Comparativamente ao exercício anterior, verificamos que o aumento da rubrica se deve essencialmente ao acréscimo de gastos com remunerações do pessoal em 7,6 milhões EUR, que resulta também num aumento dos

gastos com encargos sobre remunerações do pessoal. Este aumento encontra-se diretamente relacionado com o aumento de recursos humanos contratados. Note-se que a Fundação da Universidade NOVA de Lisboa é responsável por 94,6% dos gastos com pessoal, enquanto que as entidades participadas UniNOVA e NOVA.ID possuem um peso de 1,3% e 4,1%, respetivamente.

Relativamente à componente de fornecimentos e serviços externos, a mesma evidencia um montante de 47,2 milhões EUR, verificando-se assim um aumento de 9,7 milhões EUR face ao seu período homólogo. Esta rubrica possui um peso relativo de 21,9% na estrutura de gastos do Grupo NOVA.

Comparativamente ao exercício anterior, verificamos que o aumento da rubrica se deve essencialmente à variação ocorrida com deslocações e estadas (2,9 milhões EUR) e trabalhos especializados (2,2 milhões EUR). Nestas componentes, verificamos que os trabalhos especializados são a componente com maior destaque na entidade participada NOVA.ID com 1 130 062 EUR, enquanto que os gastos com honorários representam a maior fatia dos gastos com fornecimentos e serviços externos da entidade participada UniNOVA, com 1 240 546 EUR.

A rubrica Transferências e subsídios correntes concedidos evidencia, a 31 de dezembro de 2022, um montante de 11,7 milhões EUR, verificando-se assim um aumento de 2 milhões EUR face ao exercício anterior. A rubrica possui um peso relativo de 5,4% na estrutura de gastos do Grupo NOVA.

No que diz respeito aos gastos de depreciação e amortização, que registaram em 2022 um valor de 10,4 milhões EUR (uma redução de 154 173 EUR), o seu peso relativo situa-se nos 4,8% no total dos gastos do Grupo NOVA, representando assim uma redução de 1,5% face a 2021.

RESULTADOS

Descrição	Grupo NOVA	NOVA	Participadas
Resultados			
Resultados antes das depreciações e gastos de financiamento	13 018 669 €	11 584 029 €	1 434 640 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	2 581 785 €	2 610 905 €	(29 120 €)
Resultado líquido do período	2 426 852 €	2 617 332 €	(190 480 €)

Quadro 7 - Resultados

Em 2022, os resultados do Grupo NOVA evidenciaram um comportamento positivo, porém menos favorável face ao período anterior, cifrando-se em 2,4 milhões EUR (inferior em 2,5 milhões EUR). A integração do perímetro externo no resultado líquido teve um efeito negativo de 190 480 EUR.

De salientar, que o Grupo NOVA apresenta um resultado de exploração positivo, apresentando um EBITDA que ascendeu a 13 milhões EUR, sendo o efeito da integração do perímetro externo um aumento de cerca de 1,5 milhões EUR.

INDICADORES

Indicadores	Grupo NOVA	NOVA
Grau de Autonomia Financeira (a)	75,6%	79,4%
EBITDA (b)	13 076 583 €	11 599 902 €
Cash-Flow (c)	12 919 647 €	11 604 327 €

(a) Património Líquido / (Ativo-Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis)

(b) Res. Operacional + Gastos / Reversões deprec. e amortizações + Impar. (perdas/reversões)

(c) Res. Líquido + Gastos/reversões de deprec. e amortiz.+impar. (perdas/reversões)

Quadro 8 – Indicadores 2022

O rácio de autonomia financeira da Fundação da Universidade NOVA de Lisboa fixa-se nos 79,4% cumprindo assim com o disposto no requisito mínimo indicado no artigo 7º do Decreto-Lei 20/2017. Após inclusão do perímetro externo, este indicador baixa 3,8 p.p. fixando-se nos 75,6%.

No que diz respeito ao EBITDA, este rácio mede a eficiência operacional da entidade e apesar de apresentar um valor de 13,1 milhões EUR, apresenta uma diminuição de 4,7 milhões EUR face a 2021.

O Grupo NOVA em 2022 evidencia uma menor capacidade de libertar fundos da sua atividade de exploração que são demonstrados pela evolução dos indicadores EBITDA e Cash-Flow. Este último representa o fluxo financeiro gerado no exercício que em 2022 ascende aos 12,9 milhões EUR, sendo inferior em 3,9 milhões EUR face ao ano anterior.

RÁCIOS DE ESTRUTURA

Rátios de Estrutura	Grupo NOVA	NOVA
Liquidez Geral		
(Ativo Corrente / Passivo Corrente)	1,12	1,13
Liquidez Imediata		
(Disponibilidades / Passivo Corrente)	0,39	0,34
Rentabilidade do Património Líquido		
(Resultados líquidos / Património líquido) x 100	1,05	1,13
Rentabilidade Operacional do Ativo		
(Resultados operacionais / Ativo) x 100	0,52	0,56
Solvabilidade		
(Património líquido / Passivo)	0,89	0,98
Endividamento		
(Passivo / Ativo)	0,53	0,51
Disponibilidades	94 368 302 €	
Ativo corrente	270 650 820 €	
Ativo	492 273 325 €	
Património líquido	232 233 085 €	
Passivo	260 040 240 €	
Passivo corrente	242 063 192 €	
Resultados operacionais	2 581 785 €	
Resultado líquido	2 426 852 €	

Quadro 9 – Rátios 2022

Os rácios acima mencionados revelaram um aumento ao nível da Liquidez e Endividamento, mas uma redução ao nível da Rentabilidade e Solvabilidade. O rácio de Endividamento que significa que o passivo representa 53% do total do Ativo, mantendo uma baixa vulnerabilidade face às responsabilidades de pagamento aos credores.

Em linha com o rácio anterior, a Solvabilidade, quando superior a 1 revela uma grande capacidade de fazer face aos compromissos financeiros. Em 2022 situou-se nos 0,89, contrariamente ao ano anterior que era de 1,06. Aqui importa realçar o efeito negativo da inclusão do perímetro externo.

A Liquidez geral sendo superior a 1, demonstra capacidade em solver os compromissos, cifrando no exercício de 2022 em 1,12.

5. PROPOSTA DA APROVAÇÃO DAS CONTAS

É convicção do Conselho de Gestão de que o Relatório e Contas Consolidadas foram elaborados de acordo com o SNC para as Administrações Públicas e retratam de forma clara e apropriada, nos aspetos materialmente relevantes, a posição financeira e o resultado das operações da entidade contabilística consolidada Universidade NOVA de Lisboa (“Grupo NOVA”).

Pelo referido, e tendo em conta que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 se apurou um Resultado Líquido do Exercício positivo atribuível ao grupo, no montante de 2 426 852 EUR, o Conselho de Gestão propõe que seja aprovado o Relatório e Contas Consolidadas.

Lisboa, 27 de junho de 2023

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO CONSOLIDADO

RUBRICAS ATIVO	NOTAS	31/12/2022	31/12/2021
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	217 538 956 €	221 712 237 €
Ativos intangíveis	3	1 064 362 €	1 596 443 €
Participações financeiras	20	2 820 204 €	2 836 688 €
Outros ativos financeiros	18	198 984 €	105 399 €
Outras contas a receber	21	0 €	25 050 €
Total Ativo não corrente		221 622 505 €	226 275 818 €
Ativo Corrente			
Inventários	10	170 842 €	104 928 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	21	137 544 611 €	119 959 776 €
Clientes, contribuintes e utentes	18, 21	28 358 208 €	25 104 783 €
Estado e outros entes públicos	21	428 976 €	431 207 €
Outras contas a receber	21	8 524 188 €	7 126 275 €
Diferimentos	21	1 255 693 €	1 043 225 €
Caixa e depósitos	1	94 368 302 €	69 966 556 €
Total Ativo corrente		270 650 820 €	223 736 752 €
Total do Ativo		492 273 325 €	450 012 570 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	21	117 331 189 €	117 331 189 €
Reservas	21	16 451 375 €	16 451 375 €
Resultados transitados	21	10 053 299 €	4 540 758 €
Ajustamentos em ativos financeiros	21	781 543 €	728 539 €
Excedentes de revalorização	21	32 038 181 €	32 065 390 €
Outras variações no património líquido	21	51 982 365 €	54 100 791 €
Diferenças de consolidação	21	236 829 €	(131 200 €)
Resultado líquido do período	21	2 426 852 €	4 887 335 €
Interesses que não controlam	21	931 453 €	1 834 872 €
Total do Património Líquido		232 233 085 €	231 809 049 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	751 888 €	1 464 476 €
Diferimentos	21	7 308 702 €	0 €
Outras contas a pagar	21	9 916 458 €	9 916 458 €
Total do Passivo não corrente		17 977 048 €	11 380 934 €
Passivo corrente			
Fornecedores	21	1 551 587 €	1 499 623 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	21	0 €	8 €
Estado e outros entes públicos	21	5 793 186 €	5 458 425 €
Financiamentos obtidos	21	301 912 €	0 €
Fornecedores de investimentos	21	267 823 €	1 202 374 €
Outras contas a pagar	21	38 950 200 €	28 808 446 €
Diferimentos	21	195 198 485 €	169 853 712 €
Total do Passivo corrente		242 063 192 €	206 822 587 €
Total do Passivo		260 040 240 €	218 203 521 €
Total do Património Líquido e Passivo		492 273 325 €	450 012 570 €

Quadro 10 – Balanço consolidado 2022

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZA

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2022	2021
Impostos, contribuições e taxas	14	48 637 681 €	41 496 447 €
Vendas	13	298 146 €	195 242 €
Prestações de serviços e concessões	13	10 520 567 €	11 371 379 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	148 333 533 €	139 020 979 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	20	125 €	240 525 €
Variações nos inventários da produção	10	0 €	0 €
Trabalhos para a própria entidade		650 €	0 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(439 278 €)	(205 131 €)
Fornecimentos e serviços externos	21	(47 170 498 €)	(37 432 504 €)
Gastos com pessoal	19	(143 073 333 €)	(134 229 176 €)
Transferências e subsídios concedidos	21	(11 743 520 €)	(9 738 831 €)
Prestações sociais	21	(138 020 €)	(164 007 €)
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	10	0 €	55 909 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	(55 911 €)	(1 368 484 €)
Provisões (aumentos/reduções)	15	(2 002 €)	0 €
Outros rendimentos	13	10 527 869 €	10 335 146 €
Outros gastos	21	(2 677 340 €)	(3 080 648 €)
Resultados antes das depreciações e gastos de financiamento		13 018 669 €	16 496 844 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3, 5	(10 436 884 €)	(10 591 058 €)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		2 581 785 €	5 905 786 €
Juros e rendimentos similares obtidos	13	55 641 €	1 011 €
Juros e gastos similares suportados	21	(52 175 €)	(293 673 €)
Resultado antes de impostos		2 585 251 €	5 613 124 €
Imposto sobre o rendimento		(3 005 €)	(3 207 €)
Resultado líquido do período		2 582 246 €	5 609 918 €
Resultado líquido do exercício atribuível a:		2 582 246 €	4 980 938 €
Detentores do capital da entidade-mãe		2 426 852 €	4 887 335 €
Interesses que não controlam		155 395 €	93 604 €

Quadro 11 – Demonstração de resultados consolidada 2022

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla									Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património Subscrito	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Diferenças de consolidação	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1) 21	117 331 189 €	16 451 375 €	4 540 758 €	728 539 €	32 065 390 €	54 100 791 €	(131 200 €)	4 887 335 €	229 974 177 €	1 834 872 €	231 809 049 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										0 €		0 €
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										0 €		0 €
Alterações de políticas contabilísticas										0 €		0 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0 €		0 €
Realização do excedente de revalorização						(27 209 €)				(27 209 €)		(27 209 €)
Excedentes de revalorização e respetivas variações										0 €		0 €
Ajustamentos de transição - MEP										0 €		0 €
Transferências e subsídios de capital							(2 156 915 €)			(2 156 915 €)		(2 156 915 €)
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido				5 512 540 €	53 005 €		38 488 €	368 028 €	(4 887 335 €)	1 084 727 €	(903 418 €)	181 308 €
	(2)	0 €	0 €	5 512 540 €	53 005 €	(27 209 €)	(2 118 427 €)	368 028 €	(4 887 335 €)	(1 099 397 €)	(903 418 €)	(2 002 815 €)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)								2 426 852 €	2 426 852 €		2 426 852 €
RESULTADO INTEGRAL	(4) = (2) + (3)	0 €	0 €	5 512 540 €	53 005 €	(27 209 €)	(2 118 427 €)	368 028 €	(2 460 483 €)	1 327 455 €	(903 418 €)	424 037 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										0 €		0 €
Subscrições de capital/património										0 €		0 €
Entradas para a cobertura de perdas										0 €		0 €
Outras operações										0 €		0 €
	(5)	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6) = (1) + (2) + (3) + (5) 21	117 331 189 €	16 451 375 €	10 053 299 €	781 543 €	32 038 181 €	51 982 365 €	236 829 €	2 426 852 €	231 301 632 €	931 453 €	232 233 085 €

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla									Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património Subscrito	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Diferenças de consolidação	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1) 21	117 331 189 €	16 451 375 €	4 369 241 €	670 827 €	32 107 639 €	53 751 460 €	(7 400 €)	3 832 392 €	228 506 722 €	2 930 605 €	231 437 327 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										0 €		0 €
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										0 €		0 €
Alterações de políticas contabilísticas										0 €		0 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0 €		0 €
Realização do excedente de revalorização						(42 249 €)				(42 249 €)		(42 249 €)
Excedentes de revalorização e respetivas variações										0 €		0 €
Ajustamentos de transição - MEP										0 €		0 €
Transferências e subsídios de capital							(149 637 €)			(149 637 €)		(149 637 €)
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido				171 517 €	57 712 €		498 968 €	(123 800 €)	(3 832 392 €)	(3 227 994 €)	(1 095 733 €)	(4 323 727 €)
	(2)	0 €	0 €	171 517 €	57 712 €	(42 249 €)	349 332 €	(123 800 €)	(3 832 392 €)	(3 419 880 €)	(1 095 733 €)	(4 515 613 €)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)								4 887 335 €	4 887 335 €		4 887 335 €
RESULTADO INTEGRAL	(4) = (2) + (3)	0 €	0 €	171 517 €	57 712 €	(42 249 €)	349 332 €	(123 800 €)	1 054 943 €	1 467 455 €	(1 095 733 €)	371 721 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										0 €		0 €
Subscrições de capital/património										0 €		0 €
Entradas para a cobertura de perdas										0 €		0 €
Outras operações										0 €		0 €
	(5)									0 €	0 €	0 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6) = (1) + (2) + (3) + (5) 21	117 331 189 €	16 451 375 €	4 540 758 €	728 539 €	32 065 390 €	54 100 791 €	(131 200 €)	4 887 335 €	229 974 177 €	1 834 872 €	231 809 049 €

Quadro 12 – Demonstração consolidada das alterações no património líquido 2022 e 2021

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	NOTAS	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		22 650 525 €	17 020 804 €
Recebimentos de contribuintes		0 €	1 161 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		157 182 547 €	160 935 708 €
Recebimentos de utentes		49 359 825 €	42 558 054 €
Pagamentos a fornecedores		(48 251 099 €)	(37 635 143 €)
Pagamentos ao pessoal		(137 927 481 €)	(130 910 272 €)
Pagamentos a contribuintes / utentes		(627 €)	(19 237 882 €)
Pagamentos de transferências e subsídios		(17 456 546 €)	(10 610 557 €)
Pagamentos de prestações sociais		(1 592 892 €)	(1 814 698 €)
Caixa Gerada pelas Operações		23 964 253 €	20 307 175 €
Pagamento / recebimento do Imposto sobre o rendimento		(664 €)	(15 167 €)
Outros Recebimentos/Pagamentos		6 321 334 €	(4 943 080 €)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (a)		30 284 923 €	15 348 928 €
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos Respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		(6 195 873 €)	(7 863 147 €)
Ativos Intangíveis		(165 773 €)	(418 246 €)
Investimentos Financeiros		(144 800 €)	(184 161 €)
Outros ativos		0 €	(232 €)
Recebimentos Provenientes de:			
Subsídios ao Investimento		320 000 €	359 390 €
Investimentos Financeiros		0 €	100 €
Transferências de Capital		0 €	265 539 €
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (b)		(6 186 446 €)	(7 840 756 €)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos Provenientes de:			
Financiamentos Obtidos		901 912 €	0 €
Doações		0 €	0 €
Outras Operações de financiamento		0 €	508 €
Pagamentos Respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		(600 000 €)	(699 992 €)
Juros e Gastos Similares		(6 037 €)	(8 026 €)
Fluxos da Caixa das Atividades de Financiamento (c)		295 876 €	(707 509 €)
Variação de Caixa e Seus Equivalentes (a+b+c)		24 394 353 €	6 800 662 €
Efeito das Diferenças de Câmbio		7 393 €	480 €
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período	2	69 966 556 €	63 165 414 €
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período	2	94 368 302 €	69 966 556 €

Quadro 13 – Demonstração consolidada dos fluxos de caixa 2022

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1 Identificação da entidade-mãe e consolidante no período de relato

Designação da entidade: Universidade NOVA de Lisboa (NOVA)

NIF: 501 559 904

Endereço: A NOVA possui a sua sede no Campus de Campolide, 1099-085 Lisboa

Código da classificação orgânica: 121 038 900

Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Regime jurídico: Fundação pública de direito privado

Regime financeiro: Autonomia administrativa, financeira e patrimonial

Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável

A Universidade NOVA de Lisboa foi fundada a 11 de agosto de 1973. Integrada numa estrutura de expansão e diversificação do ensino superior, a NOVA adotou, desde o início, um modelo estrutural considerado novo no contexto universitário português. Esta estrutura foi organizada de acordo com um modelo departamental e interdisciplinar, associado à Tecnologia, simultaneamente com as Ciências Sociais e Humanas e as Ciências Médicas.

Em 2007, a publicação do RJES revogou um conjunto de princípios legais para o setor da Educação e introduziu alterações no modelo de governança das Universidades Portuguesas. Conforme previsto no artigo 172.º do RJES, as universidades têm a possibilidade de decisão sobre o modelo de gestão: Instituto Público de Regime Especial vs. Fundação Pública de Direito Privado.

Através do Decreto-Lei n.º 20/2017, de 21 de fevereiro, e com a consequente aprovação dos novos Estatutos da Universidade NOVA de Lisboa, homologados pelo Despacho Normativo n.º 2/2017, de 2 de maio, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 91, de 11 de maio, retificado pela Declaração de Retificação n.º 482-A/2017, de 7 de julho, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 138, de 19 de julho, deu-se a transformação da Universidade NOVA de Lisboa em fundação pública com regime de direito privado.

Os Estatutos da NOVA foram publicados no Diário da República nº 91, 2ª série, de 11 de maio de 2017 e posteriormente a Declaração de Retificação n.º 482-A/2017 foi publicada no Diário da República n.º 138, 2ª série, de 19 de julho de 2017, a 1ª alteração.

De acordo com o publicado nos Estatutos da NOVA:

- i) A Universidade NOVA de Lisboa é uma fundação pública com regime de direito privado, dotada de autonomia estatutária, científica, cultural, pedagógica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, nos termos da Constituição e da lei;

- ii) A Universidade NOVA de Lisboa adota a designação de «Universidade NOVA de Lisboa» em língua portuguesa e de «NOVA University Lisbon» em língua inglesa;
- iii) A Universidade NOVA de Lisboa tem sede em Lisboa;
- iv) A Universidade NOVA de Lisboa pode, nos termos da lei, criar unidades orgânicas fora da sua sede;
- v) A Universidade NOVA de Lisboa integra as unidades orgânicas, considerando-se a lista constante do anexo automaticamente atualizada em resultado da criação, extinção ou modificação de unidades orgânicas.

A Universidade NOVA de Lisboa, enquanto instituição de ensino superior pública, tem por missão servir a sociedade a nível local, regional e global, pelo avanço e disseminação do conhecimento e da compreensão entre culturas, sociedades e pessoas, através de um ensino e de uma investigação de excelência e de uma prestação de serviços sustentados num forte sentido de comunidade e com as seguintes componentes:

- i) Um ensino com perfil internacional, com ênfase nos segundos e terceiros ciclos, mas fundado em primeiros ciclos sólidos, focado nos seus estudantes e dotando-os de conhecimentos rigorosos, criatividade, espírito crítico e sentido de cidadania e de justiça que lhes permita o sucesso profissional e a liderança;
- ii) Uma investigação colaborativa, responsável e internacionalmente relevante, privilegiando áreas interdisciplinares e incluindo a investigação orientada para a resolução dos problemas que afetam a sociedade;
- iii) Uma prestação de serviços promotora da solidariedade e do desenvolvimento sustentável, nos planos da saúde, económico, tecnológico, cultural e social, alicerçada na região de Lisboa e comprometida a nível nacional e internacional, dedicando particular atenção aos países onde se fala a língua portuguesa;
- iv) Uma base alargada de participação interinstitucional voltada para a integração das diferentes culturas científicas, com vista à criação de sinergias inovadoras em todas as áreas da sua atividade.

A Universidade NOVA de Lisboa perfilha, entre outros, os seguintes valores:

- i) A liberdade de opinião e de expressão e a promoção do pluralismo;
- ii) A igualdade de tratamento e de oportunidades para todas as pessoas, independentemente da sua ascendência, nacionalidade, género, raça, língua, origem étnica, território de origem, religião ou crença, deficiência, idade, orientação sexual, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social;
- iii) A prossecução da excelência em todas as suas áreas de atividade;
- iv) A honestidade, a integridade e a responsabilidade em todas as ações;
- v) A independência em relação a interesses alheios à prossecução dos seus objetivos;
- vi) O reconhecimento e a recompensa do mérito;
- vii) O compromisso com o serviço público, como decorre da sua natureza pública;
- viii) O compromisso com a valorização, nos diversos planos, de todos quantos nela desenvolvem a sua atividade.

A Universidade NOVA de Lisboa tem as atribuições previstas na lei e as necessárias ao pleno exercício da sua missão, em particular:

- i) A oferta de ciclos de estudos visando a atribuição dos graus académicos de licenciado, mestre e doutor, bem como cursos e atividades de especialização e de aprendizagem ao longo da vida; A realização de investigação científica fundamental e aplicada de alto nível, promovendo a difusão

- dos seus resultados, a valorização social e económica do conhecimento, designadamente a transferência de tecnologia, bem como o apoio à definição de políticas públicas e à inovação;
- ii) A criação de um ambiente educativo que promova a qualidade de vida e de trabalho dos estudantes e dos trabalhadores-estudantes, em particular através da ação social e de programas que fomentem o espírito de iniciativa, o empreendedorismo, as atividades artísticas, culturais e desportivas, o respeito pela diversidade cultural e social, bem como as condições para o livre exercício do associativismo estudantil;
 - iii) A criação de canais de ligação ao mercado de trabalho que fomentem a inserção e a integração bem-sucedida dos diplomados na vida ativa;
 - iv) O estabelecimento de formas de recrutamento e de seleção dos seus estudantes, docentes e investigadores, que assegurem a independência na avaliação do mérito individual e a competitividade internacional, nos termos da lei;
 - v) A prestação de serviços à comunidade e o estabelecimento de parcerias com outras entidades públicas e privadas, designadamente empresariais, não-governamentais e associativas;
 - vi) A criação de mecanismos rigorosos de avaliação interna e externa, cujos resultados se reflitam na afetação de recursos e na adoção de medidas de melhoria da qualidade, bem como de mecanismos de garantia da qualidade e de prestação de contas à sociedade, baseados em padrões internacionais;
 - vii) A internacionalização e a cooperação cultural, científica e tecnológica, através do estabelecimento de parcerias com instituições congéneres e da mobilidade dos membros da sua comunidade académica;
 - viii) O apoio ao desenvolvimento numa perspetiva de valorização recíproca e de aproximação entre os povos, com especial destaque para a cooperação transversal com os países de língua portuguesa;
 - ix) A instituição de prémios e incentivos destinados a reconhecer o mérito, a distinguir a qualidade e a apoiar atividades que valorizem a Universidade NOVA de Lisboa nos âmbitos nacional e internacional;
 - x) O patrocínio da ligação dos antigos alunos da Universidade NOVA de Lisboa à sua alma mater, nomeadamente pela promoção de redes de *alumni*;
 - xi) A produção e difusão do conhecimento da cultura e da língua portuguesas no país e no mundo através de atividades de divulgação científica;
 - xii) A realização pessoal e profissional dos seus trabalhadores, garantindo as melhores condições para as suas formações e qualificação;
 - xiii) O aprofundamento da relação com a polis, contribuindo para enriquecer a sua vida cultural, artística, educativa, científica e social e para projetar o nome da área metropolitana de Lisboa no mundo.

Estrutura organizacional efetiva

A NOVA integra na sua organização, as seguintes entidades:

- Reitoria:

É o serviço de apoio central à governação da Universidade e goza de autonomia administrativa e financeira.

- Serviços de Ação Social:

São um serviço autónomo cuja missão é executar políticas de ação social escolar, através da prestação dos competentes apoios diretos e indiretos, benefícios e serviços, de forma a contribuir para favorecer o acesso e o sucesso dos estudantes da Universidade NOVA de Lisboa.

- Unidades Orgânicas:

As unidades orgânicas da Universidade NOVA de Lisboa têm autonomia administrativa e financeira e as competências definidas na lei e nos respetivos estatutos.

As contas das entidades incluídas nas Demonstrações Financeiras da NOVA foram as seguintes:

Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade NOVA de Lisboa (FCT)

- Sede: Quinta da Torre, 2829-516 Caparica

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (FCSH)

- Sede: Avenida de Berna 26- C, 1069-061 Lisboa

NOVA School of Business and Economics (Nova SBE)

- Sede: Campus de Carcavelos, Rua da Holanda, n.º1, 2775-405 Carcavelos

NOVA Medical School (NMS|FCM)

- Sede: Campo dos Mártires da Pátria nº 130

Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa (FD)

- Sede: Travessa Estevão Pinto, Campus de Campolide, 1099-032 Lisboa

Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade NOVA de Lisboa (IHMT)

- Sede: Rua da Junqueira, nº 100, 1349-008 Lisboa

NOVA Information Management School (NOVA IMS)

- Sede: Travessa Estevão Pinto, Campus de Campolide, 1070-312 Lisboa

Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier da Universidade NOVA de Lisboa (ITQB)

- Sede: Avenida da República, Estação Agronómica Nacional, 2780-157 Oeiras

Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade NOVA de Lisboa (ENSP)

- Sede: Avenida Padre Cruz, 1600-560 Lisboa

Reitoria da Universidade NOVA de Lisboa

- Sede: Campus de Campolide, 1099-085 Lisboa

Serviços de Ação Social da Universidade NOVA de Lisboa (SASNOVA)

- Sede: Campus de Campolide, 1099-085 Lisboa

Organograma

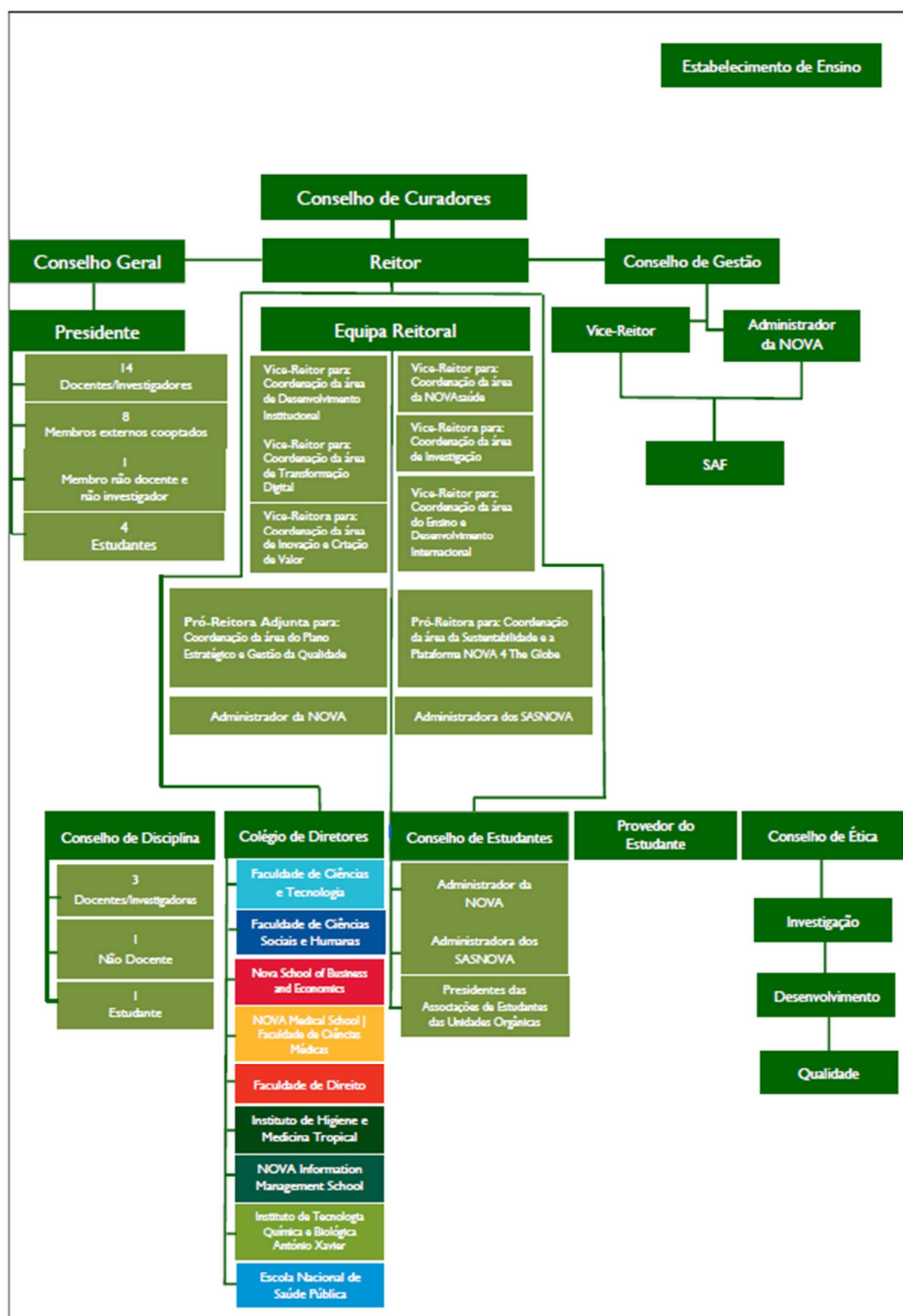


Figura 3 – Organograma da Universidade NOVA de Lisboa

Ao Conselho Geral compete, nomeadamente, aprovar o orçamento, aprovar os planos estratégicos e as contas consolidadas anuais.

O Reitor é o órgão superior de governo e de representação externa da Universidade, cabendo-lhe a condução da política da instituição e a presidência do Conselho de Gestão.

O Conselho de Gestão da NOVA, atualmente, constituído pelo Reitor, um Vice-Reitor e a Administradora da Universidade é o órgão deliberativo em matéria de gestão administrativa, financeira, patrimonial e de recursos humanos.

Ao Colégio de Diretores é integrado pelos diretores das Unidades Orgânicas da NOVA e presidido pelo Reitor. Compete pronunciar-se sobre quaisquer assuntos que lhe sejam submetidos pelo Reitor e é obrigatória a consulta a este órgão, designadamente, no que diz respeito ao Orçamento e contas anuais consolidadas.

O Conselho de Estudantes pode pronunciar-se, a pedido do Reitor, sobre quaisquer assuntos relacionados com atividades dos estudantes.

O Conselho de Disciplina é um órgão consultivo da NOVA, na área disciplinar. É composto por três docentes ou investigadores, escolhidos pelo Reitor; por um não docente, designado pelo Administrador da NOVA; e por um estudante, designado pelo Conselho de Estudantes.

O Provedor do Estudante, nomeado pelo Reitor, aprecia as reclamações colocadas pelos estudantes contra “atos ou omissões” dos órgãos da NOVA e emite recomendações.

Entidades incluídas na consolidação

A NOVA é a entidade-mãe controladora final, pelo que as presentes demonstrações financeiras consolidadas não são consolidadas em outra entidade.

Em conformidade com o previsto na NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, não foram excluídas do processo de consolidação, quaisquer entidades em que se verifiquem as condições de controlo.

As entidades incluídas no perímetro de consolidação de contas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, assim como os respetivos métodos de consolidação utilizados, foram as seguintes:

Entidade	Morada	NIF	Percentagem		Método de Consolidação	Sistema de Contabilidade
			Direta	Efetiva		
UniNOVA - Instituto de Desenvolvimento de Novas Tecnologias	Almada	501 797 173	84,18%	84,18%	Integral	SNC-ESNL
NOVA.ID.FCT - Associação para Inovação e Desenvolvimento da FCT	Almada	513 010 661	42,86%	42,86%	Integral	SNC-ESNL
Madan Parque - Associação Parque de Ciência e Tecnologia	Almada	503 545 562	49,02%	49,02%	MEP	SNC-ESNL
Almada/Setúbal						
Ulisses - Fundação para o Desenvolvimento da Gestão, F.P.	Lisboa	509 490 190	49,80%	49,80%	MEP	SNC-ESNL
Associação The Lisbon MBA	Lisboa	510 528 511	50,00%	50,00%	MEP	SNC-ESNL
CTQB - Centro Tecnologia Química e Biológica	Oeiras	900 340 177	100,00%	100,00%	MEP	POC-Ed
InnovPlantProtect - Associação	Elvas	515 244 244	14,00%	14,00%	MEP	SNC-ESNL
V4H - Associação para a Investigação em valor e Inovação Tecnológica em Saúde (Value4Health.CoLab)	Lisboa	515 223 956	40,00%	40,00%	MEP	SNC-ESNL
Associação CECOLAB - Collaborative Laboratory Towards Circular Economy	Oliveira do Hospital	515 544 884	5,26%	5,26%	MEP	SNC
Associação AlmaScience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e Sustentáveis	Almada	515 432 156	5,26%	5,26%	MEP	SNC-ESNL
LHEA - Association for Lifelong Health Education	Cascais	515 467 626	24,39%	24,39%	MEP	SNC-ESNL
AID - Associação para a Promoção do Almada Innovation District	Monte da Caparica	516 571 834	23,81%	23,81%	MEP	SNC-ESNL
Associação COLABTRIALS - Laboratório Colaborativo para a Inovação em Ensaios Clínicos	Évora	516 532 537	11,11%	11,11%	MEP	SNC-ESNL

Quadro 14 – Perímetro de consolidação 2022

- **UniNOVA - Instituto de Desenvolvimento de Novas Tecnologias:**

A UniNOVA foi constituída em 1986 e dedica-se ao exercício da atividade de investigação científica, orientada para prestação de serviços no campo da inovação e desenvolvimento de novas tecnologias, e à colaboração, neste âmbito, com organismos, empresas e instituições universitárias ou não. A UniNOVA é uma associação sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria constituindo uma unidade orgânica autónoma do Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade NOVA de Lisboa e todos os organismos públicos admitidos até 31 de dezembro de 1996. O capital da associação é constituído por um fundo associativo composto pelas entradas dos associados.

- **NOVA.ID.FCT - Associação para Inovação e Desenvolvimento da FCT:**

A NOVA.ID.FCT – Associação para a Inovação e Desenvolvimento da FCT, é uma associação privada, sem fins lucrativos, constituída em 2014 e que tem como objetivo apoiar e potenciar as atividades de investigação e de prestação de serviços dos seus associados, nomeadamente e gestão de projetos, na organização de eventos temáticos e em quaisquer outras atividades do seu interesse.

- **Madan Parque – Associação Parque de Ciência e Tecnologia Almada/Setúbal:**

O Madan Parque é um parque de ciências e tecnologia estabelecido em 1995, e ativo desde o início de 2000, cuja missão é desempenhar um papel de interface entre o mundo académico e as empresas. As atividades centrais consistem na promoção de NTBFs e na sua aceleração, bem como no desenvolvimento de projetos de conhecimento intensivo na região. O Madan Parque opera uma incubadora de base tecnológica, cujo papel é passar por ser facilitador e acelerador para com as suas empresas incubadas, nomeadamente no que diz respeito à internacionalização das mesmas. O objetivo principal é estimular a criação de NTBFs afiliadas a várias áreas científicas, que aproveitem a proximidade física da FCT-UNL (Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Lisboa), que é o mais importante acionista de Madan Parque.

- **Ulisses - Fundação para o Desenvolvimento da Gestão, F.P.:**

A Ulisses FP – Fundação para o Desenvolvimento da Gestão adiante designada abreviadamente por Fundação Ulisses, é uma fundação pública de direito privado, dotada de personalidade jurídica, sem fins lucrativos, que se rege pelos presentes Estatutos e, em tudo o que neles for omissivo, pela legislação aplicável às fundações, nomeadamente, pela Lei-Quadro das Fundações. A Fundação Ulisses tem como missão, contribuir, através do apoio ao desenvolvimento de programas académicos e de investigação de renome internacional, para a atração e retenção de talento em Portugal nas áreas da Economia e Gestão. A Fundação Ulisses tem como fins específicos:

- i) O desenvolvimento de ofertas educativas de excelência na área da gestão de empresas, incluindo o apoio à disseminação de informação e experiências relativas a investigação e ensino e o patrocínio de instituições educativas nacionais e estrangeiras cujas atividades possam contribuir para os fins específicos da Fundação;
- ii) O desenvolvimento em Portugal, em parceria com instituições Portuguesas e/ou Estrangeiras, de um “*Master in Business Administration*” de renome internacional.

- **Associação The Lisbon MBA:**

Em 2007 a Universidade Católica Portuguesa e a Faculdade de Economia da Universidade NOVA de Lisboa resolveram unir esforços e criar o *The Lisbon MBA*, e tinham como principal objetivo listar o programa de *Full Time (The Lisbon MBA Internacional)* no *ranking* dos 100 melhores programas do *Financial Times*. Esse objetivo foi atingido em 2013, no primeiro ano em que o programa se podia candidatar a esses *rankings*. Tendo em consideração a missão da Fundação, considerou-se que, após a listagem do programa nos *rankings*, estavam criadas as condições para que a gestão corrente

passasse para a responsabilidade da Associação *The Lisbon MBA*, estando a Fundação focada no apoio às atividades de investigação e intercâmbio de professores.

- **CTQB – Centro Tecnologia Química e Biológica:**

Sob a tutela da Universidade NOVA de Lisboa e integrado no Instituto de Tecnologia Química e Biológica (ITQB-NOVA), o Centro de Tecnologia Química e Biológica (CTQB-NPS) tem como objetivo colocar à disposição da comunidade os conhecimentos que resultam da investigação científica desenvolvida no Instituto. O CTQB-NPS tem respondido aos investigadores garantindo um veículo de transmissão à sociedade dos conhecimentos e atividades desenvolvidos pelos diferentes grupos de investigação do ITQB-NOVA. Integrado no ITQB-NOVA, cumpre todos os preceitos necessários para celebrar contratos de prestação de serviços, avença, de trabalho ou qualquer outro legalmente permitido, sujeitando-se designadamente à Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas.

- **InnovPlantProtect – Associação:**

O laboratório colaborativo InnovPlantProtect foi aprovado no dia 27 de julho de 2018 pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia com a nota máxima, após avaliação por uma equipa internacional, e constituído juridicamente em 24 de janeiro de 2019 como associação privada sem fins lucrativos. É uma iniciativa da Universidade NOVA de Lisboa, liderada pelo Instituto de Tecnologia Química e Biológica (ITQB NOVA) e pela unidade de investigação GREEN-IT, em cooperação com outras unidades de investigação (CTS FCT NOVA, NOVA LINCS, FCT NOVA e MagiC NOVA IMS), tendo como parceiros o Instituto de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV), a Câmara Municipal de Elvas, a Bayer Crop Science, a Syngenta Crop Protection, a Fertiprado, o Centro de Biotecnologia Agrícola e Alimentar do Alentejo (CEBAL), a Associação Nacional de Produtores de Proteaginosas, Oleaginosas e Cereais (ANPOC), a Associação Nacional de Produtores de Milho e Sorgo (ANPROMIS), a Casa do Arroz e a Federação Nacional das Organizações de Produtores de Frutas e Hortícolas (FNOP). Estas instituições criaram uma associação privada sem fins lucrativos responsável pela gestão do InnovPlantProtect.

Com o crescente conhecimento da genómica e combinando técnicas moleculares, de monitorização e de modelação de pragas e doenças emergentes, o InnovPlantProtect pretende produzir soluções inovadoras para fornecer proteção direcionada para culturas específicas. As soluções apresentadas pelo InnovPlantProtect consistem na formulação de biopesticidas e no desenvolvimento de novas plantas resistentes a pragas e doenças, permitindo a redução substancial de perdas nas colheitas e o aumento da produtividade, sempre num quadro de responsabilidade ambiental. O impacto do InnovPlantProtect será observável ao nível dos produtos desenvolvidos (novos biopesticidas e novas plantas resistentes) e dos serviços prestados (novos métodos de diagnóstico e de monitorização), bem como ao nível social e regional, na medida em que se posiciona como um polo de atração de investimento para a região do Alentejo. Dessa forma, impulsiona também a criação de emprego qualificado e a densificação do Interior do país. A instalação em Elvas do InnovPlantProtect reforça a construção de um centro de inovação direcionado para o crescimento da agricultura portuguesa.

- **V4H - Associação para a Investigação em valor e Inovação Tecnológica em Saúde (Value4Health.CoLab):**

O VOH é um laboratório colaborativo focado na investigação e desenvolvimento de métodos e soluções digitais para o grande desafio da sustentabilidade dos sistemas de saúde no mundo e da medição de valor dos serviços de saúde. Acompanha o movimento global, com génese na *Harvard Business School* pelo Professor Michael Porter, que desafia a mudança dos sistemas de Saúde para modelos de *Value Based Healthcare* (VBHC). Baseados na medição objetiva de resultados em Saúde, centrados no doente/cidadão, e de custos associados a esses resultados, estes modelos estão a ser experimentados e explorados em todo o mundo. Qual é o valor da sua saúde? é a questão que nos desafia a desenvolver conhecimento sobre medição de resultados e avaliação de valor em saúde.

Nesse contexto, o VOH tem como missão apoiar pessoas e organizações, em todo o mundo, a medir Valor em Saúde, permitindo que todos tomem melhores decisões em Saúde.

Na sua missão de transferência de conhecimento, espera-se que seja um laboratório aberto às empresas no setor da Saúde e à sociedade, procurando desenvolver internamente, e em colaboração, competências de investigação e inovação em três pilares: medição de resultados em Saúde, avaliação de valor em Saúde e envolvimento dos cidadãos na sua própria saúde. O VOH tem a transformação digital na Saúde como uma competência transversal a todas as atividades. Através destas competências, queremos apoiar o mercado da Saúde a desenvolver e a validar processos, produtos e serviços que devolvam maior capacidade de inovação às empresas e melhor sustentabilidade aos serviços de Saúde. Respondendo à chamada dos laboratórios colaborativos (CoLAB), pela ANI e FCT, para o desenvolvimento de investigação aplicada, aproximando a academia das necessidades I&D das empresas, a ambição do VOH é desenvolver competências de colaboração. À semelhança de modelos de laboratórios de ciência aplicada, implementados em todo o mundo, esperamos apoiar as empresas para a inovação validada cientificamente, e a academia para os reais problemas da sociedade.

- **Associação CECOLAB - Collaborative Laboratory Towards Circular Economy:**

A Associação CECOLAB – Collaborative Laboratory Towards Circular Economy, é uma instituição privada, sem fins lucrativos, sediada em Oliveira do Hospital na região Centro de Portugal. Fundada em 2020, a Associação iniciou as suas atividades em fevereiro de 2020, tendo na sua génese o processo de reconhecimento de excelência da iniciativa nacional do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, denominada por CoLAB. A iniciativa pretendeu, deste modo, contribuir para a criação de emprego científico qualificado orientado para a investigação e inovação com criação de valor ambiental, económico e social. Reconhecida como infraestrutura científica e de investigação de interesse estratégico nacional, para a coordenação da rede Nacional em Economia Circular, a Associação CECOLAB é parte integrante do Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico Nacional - Despacho nº4157/2019.

A missão da Associação CECOLAB é apoiar a transição de um modelo de economia linear para (i) uma economia responsável para com os recursos e as pessoas, (ii) mais eficiente no seu ciclo de vida, (iii) desenvolvendo e transferindo conhecimento e tecnologia para o mercado, (iv) com a criação de emprego científico e (v) assumindo a liderança e o posicionamento de Portugal na Economia Circular.

- **Associação AlmaScience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e Sustentáveis:**

A AlmaScience é o resultado da estreita colaboração entre academia, centros de I&D e indústria, impulsionada por uma Iniciativa governamental de apoio à inovação, visando colmatar a lacuna entre os setores, criar empregos científicos e qualificados e aumentar a transferência de conhecimento e tecnologia. No quadro deste contexto, o Laboratório Colaborativo AlmaScience foi constituído em torno de uma agenda comum e relevante de I&D&I para os associados, com o objetivo de apoiar a inovação e a I&D em múltiplos setores industriais, e especificamente para gerar disrupção na área das plataformas eletrónicas em papel e dispositivos.

Através da exploração de nanotecnologia e materiais funcionais avançados e seu uso para criar dispositivos e sistemas multifuncionais baseados em papel, totalmente imprimíveis e ecológicos, a AlmaScience visa fornecer soluções ecologicamente sustentáveis e universalmente acessíveis, habilitando efetivamente a IoT em áreas como: segurança, meio ambiente, saúde, proteção de marca, eletrônica, logística, alimentação ou marketing. A AlmaScience está focada em aplicações industriais e tecnológicas que atendam às necessidades reais de seus associados, bem como de outros parceiros industriais que buscam liderar a inovação em seu campo.

- **LHEA - Association for Lifelong Health Education:**

Antecipando o futuro da saúde e dos cuidados de saúde, a LHEA produz e desenvolve programas de educação para a saúde que permitirão aos profissionais aprofundar os seus conhecimentos e competências, desenvolvendo ao máximo as suas potencialidades em todas as fases do ciclo profissional, primando pelo seu desempenho, beneficiando assim a saúde dos indivíduos e das populações.

Para cumprir a sua missão, a LHEA identificará tendências na área da saúde e cuidados de saúde, construirá e articulará conteúdos educativos e recursos humanos e físicos inovadores, atraindo estudantes e especialistas nacionais e estrangeiros que procurem conhecimentos e competências ímpares na área da saúde.

- **AID - Associação para a Promoção do Almada Innovation District:**

A Associação pretende promover a abertura e diálogo entre as instituições académicas, sociais e empresariais da região com as comunidades onde se inserem. Outro dos seus objetivos é contribuir para a coesão social, desenvolvimento urbanístico, económico, desportivo, cultural e ambiental do Monte da Caparica e Porto Brandão.

Os Membros Fundadores são a Universidade NOVA de Lisboa, a Cooperativa de Ensino Egas Moniz, a Santa Casa da Misericórdia de Almada e as empresas proprietárias na região - Urbivista, RustikPuzzle e Construções Norte-Sul.

- **Associação COLABTRIALS - Laboratório Colaborativo para a Inovação em Ensaio Clínicos:**

A Associação CoLABTRIALS – Laboratório Colaborativo para a Inovação em Ensaio Clínicos, é uma associação de direito privado sem fins lucrativos criada em agosto de 2021 por sete organizações portuguesas: Universidade NOVA de Lisboa, Universidade de Évora, Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, Luz – GLSMED Learning Health, S.A., Centro de Medicina Laboratorial Germano de Sousa, S.A., Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica e a Associação EUPATI Portugal. O CoLABTRIALS pretende criar inovação em investigação clínica através de quatro objetivos principais: desenvolver metodologias inovadoras para ensaios clínicos, harmonizar e disponibilizar dados clínicos reais em tempo real e dados de ensaios clínicos para reutilização, aumentar o desempenho de equipas clínicas e a literacia da comunidade em investigação clínica.

A sua missão é alavancar a investigação clínica e o desenvolvimento de novos produtos de saúde para aumentar a inovação no setor da saúde em áreas estratégicas como a dos dispositivos médicos e de diagnóstico *in vitro*, validação de biomarcadores e medicina personalizada.

1.2 Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro) – Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas.

As notas agora apresentadas seguem o estabelecido na NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, pelo que os números das notas em falta não são aplicáveis ao Grupo NOVA ou não se consideram materialmente relevantes.

Apresentação apropriada das demonstrações financeiras consolidadas e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados da Entidade e representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o SNC-AP requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Gestão e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Gestão, em 27 de junho de 2023, e serão submetidas a aprovação pelo Conselho Geral.

Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício, com exceção das situações mencionadas acima, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade das demonstrações financeiras consolidadas

A comparabilidade de um grupo, ao longo do tempo, pode ser dificultada se as alterações internas, como a entrada e saída de entidades do grupo ou alterações de percentagens de participação, forem relevantes e frequentes. Qualquer informação que possa distorcer a comparabilidade será referenciada na respetiva nota e se necessário reexpressa em valor com base nos critérios atuais.

c) Informações relativas aos procedimentos de consolidação

A consolidação das entidades controladas efetuou-se pelo método da consolidação integral (NOVA.ID.FCT e UniNOVA) e pelo método da equivalência patrimonial (Madam Parque, Fundação Ulisses, Lisbon MBA, CTQB, InnovPlantProtect, Value4Health, CECOLAB, Almascience, LHEA, AID e

Colabtrials). As entidades controladas são aquelas em que a NOVA tem capacidade para orientar as suas atividades relevantes ou detém direitos e benefícios variáveis e são integradas na consolidação desde a data em que se assume esse controlo e até ao momento em que o mesmo cessa. Presume-se a existência de controlo quando tem o direito de orientar as políticas operacionais e financeiras de determinada entidade de modo a obter benefícios variáveis, detendo mais de metade dos direitos de voto decorrentes da detenção de instrumentos de capital próprio ou quando esse poder deriva de acordos vinculativos.

A aquisição das entidades controladas é registada pelo seu custo de aquisição, que incluiu eventuais despesas adicionais de aquisição, o qual é mantido pelo seu valor original na data de relato, exceto se houver uma perda por imparidade.

Os saldos existentes e transações ocorridas significativas entre as entidades controladas incluídas na consolidação integral foram eliminados, nomeadamente dívidas entre entidades, bem como, os rendimentos e gastos relativos às operações ocorridas entre as entidades incluídas na consolidação.

O valor corresponde à participação de terceiros nas empresas controladas é apresentado como interesses que não controlam.

Quando as perdas acumuladas de uma entidade controlada atribuíveis aos interesses que não controlam excedem o interesse minoritário no seu capital próprio, o excesso é atribuível ao Grupo sendo os prejuízos registados em resultados na medida em, que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como ganhos até que as perdas atribuídas a interesses que não controlam anteriormente absorvidas sejam recuperadas.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração dos ativos e passivos aplicáveis adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são os previstos no SNC-AP, sendo feitos, quando aplicável, ajustamentos apropriados às demonstrações financeiras das entidades controladas de modo a assegurar a conformidade com as políticas contabilísticas do Grupo.

Das entidades que pertencem ao Grupo NOVA, apenas a “entidade-mãe” utiliza o SNC-AP, sendo que as restantes entidades preparam as demonstrações financeiras no quadro do SNC aplicável às entidades em geral, assim como o aplicável às entidades do setor não lucrativo, conforme o caso, sendo a única exceção o CTQB que utiliza como referencial contabilístico o POC-Ed. Por esse motivo, para efeitos das demonstrações financeiras consolidadas, procedeu-se à reclassificação das contas de SNC para o SNC-AP. Por não demonstrarem relevância material, não pondo em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras consolidadas, não se procedeu à homogeneização da informação das entidades consolidantes de acordo com a “entidade-mãe”, no que diz respeito ao cálculo das amortizações, das provisões para cobrança duvidosa e da contabilização dos subsídios.

d) Valores de caixa e depósitos bancários

A desagregação dos valores inscritos na rubrica do Balanço de Caixa e Depósitos Bancários a 31 de dezembro de 2022, por comparação com o período anterior, apresenta-se no quadro seguinte:

Conta	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	9 351 €	10 044 €
Depósitos à ordem	94 358 950 €	69 956 512 €
Depósitos à ordem no Tesouro	73 075 823 €	56 819 303 €
Depósitos bancários à ordem	21 283 127 €	13 137 209 €
Total de caixa e depósitos	94 368 302 €	69 966 556 €

Quadro 15 – Caixa e Depósitos Bancários

O montante evidenciado a 31 de dezembro de 2022 em Caixa e depósitos bancários apresenta o montante de 94 368 302 EUR, verificando-se assim um acréscimo de 24 401 745 EUR face ao seu período homólogo (variação de 34,9%).

De referir que a Fundação da Universidade NOVA de Lisboa representa 77,7% do total de Caixa e depósitos, sendo que das participadas, a que mais contribui é a UniNOVA com 16,2% da componente.

No final do exercício em análise, para os saldos de caixa e seus equivalentes supracitados, não se verificam montantes que não se encontrem disponíveis para uso.

NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas de seguida.

2.1 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NPC 1 – Estrutura e Conteúdos das Demonstrações Financeiras. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação comparativa

Respeitando o Princípio de Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para reclassificação.

Consistência de apresentação

Não obstante o referido acima, acerca da comparabilidade, e salvo as exceções mencionadas na alínea b) da nota 1.2 do presente anexo às demonstrações financeiras, sempre que possível, as demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Grupo NOVA continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

Critérios de valorimetria

- Ativos fixos

O ativo fixo deverá ser valorizado ao custo de aquisição (soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual), ou ao custo de produção (soma dos custos das matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para produzir determinado bem).

Quando os respetivos elementos tiverem uma vida útil limitada ficam sujeitos a uma amortização sistemática durante esse período (Método de Amortização de Quotas Constantes).

As taxas a praticar no cálculo das amortizações são as permitidas pelo Classificador complementar 2 definido no Decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro.

- Existências

São valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção, em que ambos os custos deverão ser determinados de acordo com as definições adotadas para o imobilizado.

O método de custeio de saída de armazém a adotar será o custo médio ponderado.

- Dívidas ativas e passivas

Serão expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

- Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

- Especialização do exercício

Os seus custos e proveitos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são reconhecidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica “Acréscimos e Diferimentos”.

- Agregação de dados

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas realizar-se-á pela agregação dos diferentes elementos, segundo a sua natureza, das demonstrações financeiras anuais individuais homogeneizadas, sem prejuízo das eliminações que se vierem a verificar e que se descrevem no parágrafo seguinte.

- Eliminações das operações internas

As demonstrações financeiras consolidadas devem apresentar os ativos, os passivos, os fundos próprios/capital próprio, os resultados e, sendo caso disso, as receitas e despesas de natureza orçamental das entidades incluídas na consolidação como se se tratasse de uma única entidade, devendo ser eliminados, nomeadamente, as seguintes operações internas:

a) Eliminações recíprocas:

- Os créditos/dívidas entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- Os custos e perdas, bem como os proveitos e ganhos relativos às operações efetuadas entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- As operações de transferências e subsídios entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- Os resultados provenientes das operações efetuadas entre as entidades compreendidas na consolidação quando estejam incluídos nos valores contabilísticos dos ativos. Quando uma operação tenha sido concluída de acordo com as condições normais de mercado e a eliminação dos respetivos resultados acarrete custos desproporcionados, pode-se, excecionalmente, não proceder às eliminações referidas;
- No caso de elaboração do mapa de Fluxos de Caixa Consolidados de Operações Orçamentais também as despesas e receitas orçamentais relativas a operações efetuadas entre as entidades que integram o perímetro de consolidação.

b) Eliminação dos resultados de operações internas

- No caso das operações intragrupo terem sido efetuadas em condições substancialmente diferentes das condições de mercado e das importâncias envolvidas serem materialmente relevantes, a totalidade do resultado económico resultante dessa operação interna deverá eliminar-se e diferir-se até que o mesmo se realize perante terceiros, o que se presume que ocorre com a alienação externa ao grupo ou com o uso dos correspondentes ativos.

2.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Ativos intangíveis

Mensuração

Os ativos intangíveis são contabilizados de acordo com a NCP 3 – Ativos Intangíveis e encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Esta rubrica compreende, essencialmente, licenças de software, programas de computador, marcas e patentes.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo intangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data. Dada a dificuldade em mensurar com fiabilidade o justo valor de alguns destes ativos, nomeadamente legados constituídos por espólios pessoais de figuras relevantes da história e cultura, aqueles não se encontram reconhecidos.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso e se encontra nas condições necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

Método de depreciação

O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta.

Vida útil

As licenças de software e programas de computador têm uma vida útil estimada entre 1 a 3 anos.

Desreconhecimento

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/abate, sendo registadas como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

b) Ativos fixos tangíveis

Mensuração inicial

Um ativo fixo tangível é inicialmente mensurado ao custo de aquisição, o qual inclui:

- Preço de compra que inclui direitos de importação, impostos não dedutíveis ou reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais;
- Custos diretos para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser usado, tais como desbravamento de terrenos, movimentação de terras e drenagem, gastos adicionais com a adaptação das máquinas e de instalações;
- Estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item, e de restauração do local no qual este está localizado.

São ainda incluídos no custo de aquisição, quaisquer bens necessários por razões de segurança ou ambientais que não tragam influxos adicionais, pois sem eles o bem pode não entrar em funcionamento, logo não irá gerar quaisquer influxos.

Quando estamos perante ativos fixos tangíveis adquiridos sem contraprestação, a mensuração é efetuada como segue:

- Bens Imóveis – ao valor patrimonial tributário (VPT);
- Outros ativos tangíveis – ao custo do valor recebido ou, na falta deste, o respetivo valor de mercado.

Pelo montante do ativo reconhecido deve ser reconhecido um rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo ativo (subsequentemente quando o passivo for reduzido o rendimento é reconhecido).

No entanto, se essa transferência satisfizer a definição de contribuições dos proprietários, não é reconhecido nem um passivo nem um rendimento, mas sim um incremento no património líquido (conta 5942 – doações obtidas – em outros ativos).

Quando um ativo fixo tangível é adquirido numa transação em que o respetivo pagamento é diferido no tempo, quer o ativo quer o passivo são reconhecidos ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

No reconhecimento inicial de um ativo fixo tangível adquirido numa transação de troca de um ativo não monetário por outro, o custo do ativo fixo tangível adquirido deve ser o seu justo valor, exceto se:

- A transação com contraprestação não tiver substância comercial;
- O justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade, situação em que o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido;
- Ambos puderem ser fiavelmente mensurados, o custo é o justo valor do ativo cedido (a menos que o justo valor do ativo adquirido seja claramente mais evidente).

Mensuração subsequente

Subsequentemente, um ativo fixo tangível é mensurado pelo seu custo menos a depreciação acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada, se aplicável.

Estes ativos podem ser revalorizados quando os critérios e parâmetros para a revalorização estão definidos em dispositivo legal adequado. O valor do ativo revalorizado será o seu justo valor na data de revalorização menos a depreciação subsequente acumulada.

Custos subsequentes

O tratamento dos custos subsequentes relacionados com um ativo fixo tangível deve ser o seguinte:

- Custos de assistência técnica corrente – reconhecer como custos do exercício;
- Substituições de determinadas componentes em intervalos regulares – os respetivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e devem ser desreconhecidos os itens substituídos;
- Grandes inspeções regulares (independentemente de partes do bem serem ou não substituídas) – os respetivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e deve ser desreconhecida a quantia escriturada da anterior inspeção.

Vida útil

A vida útil de um ativo fixo tangível é determinada tendo em conta:

- A utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade ou à produção física esperada;
- O desgaste físico esperado (número de turnos, programa de reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo);
- A obsolescência técnica e comercial;
- Os limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo.

O ativo é depreciado ao longo da sua vida útil. Cada parte de um ativo tangível cujo custo seja significativo em relação ao custo total deve ser depreciada separadamente, podendo agregar-se componentes que tenham a mesma vida útil.

Os terrenos e edifícios são ativos separáveis que são contabilizados separadamente mesmo se adquiridos em conjunto.

As taxas de depreciação estão em conformidade com o estabelecido no Classificador Complementar. Para o exercício em análise, os períodos de vidas úteis estimadas são os seguintes:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	1 a 150 anos
Equipamento básico	1 a 25 anos
Equipamento de transporte	1 a 10 anos
Equipamento administrativo	1 a 100 anos
Equipamentos biológicos	3 anos
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 10 anos

Quadro 16 – Vida útil dos bens

Método de depreciação

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou o potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método utilizado é o das quotas constantes.

Valor residual

A quantia depreciável de um ativo é calculada após a dedução do seu valor residual. A estimativa do valor residual deve ser revista em cada data de relato. Qualquer alteração à estimativa inicial é contabilizada no exercício corrente ou em exercícios futuros, tal como previsto na NCP 2.

É presunção da norma que o valor residual de um ativo fixo tangível é geralmente insignificante e, por isso, imaterial no cálculo da quantia depreciável.

Imparidade

Sempre que existam indícios de imparidade (fontes internas e externas), é testado o ativo quanto à sua imparidade.

A quantia escriturada do ativo é reduzida para a sua quantia recuperável se, e apenas se, a quantia recuperável for menor do que a quantia escriturada. Essa redução é uma perda por imparidade que deve ser reconhecida imediatamente nos resultados.

Quando a quantia estimada de uma perda por imparidade for maior do que a quantia escriturada do ativo, a quantia escriturada do ativo deve ser reduzida para zero ou ser reconhecido um passivo se, e apenas se, isso for exigido por uma outra NCP.

O encargo da depreciação/amortização deve ser ajustado em períodos futuros em função da quantia escriturada revista do ativo.

Caso as situações que estão na base da imparidade se alterem, é efetuada a reversão da perda por imparidade. Esta reversão tem como consequência um aumento do valor do ativo para a sua quantia recuperável e deve ser reconhecida imediatamente em resultados.

No entanto, a quantia escriturada acrescida de um ativo que seja atribuível a uma reversão de uma perda por imparidade, não deve exceder a quantia escriturada que teria sido determinada (líquida de depreciação/amortização) se não tivesse sido reconhecida perda por imparidade no ativo em períodos anteriores.

Após o reconhecimento da reversão, o encargo com a depreciação/amortização ou o valor residual deve ser revisto e ajustado de acordo com a NCP aplicável ao ativo.

Desreconhecimento

Um ativo fixo tangível é desreconhecido:

- Na data de alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação); ou
- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

A alienação de um ativo fixo tangível pode ocorrer:

- Por venda – aplicada a NCP 13 – Rendimento de Transações com Contraprestação para reconhecimento do rendimento da venda de bens.
- Por celebração de uma locação financeira – aplicada a NCP 6 – Locações a uma alienação efetuada ao celebrar uma locação financeira ou a uma venda seguida de locação.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativo fixo tangível são determinados como a diferença entre os rendimentos líquidos da alienação e a quantia escriturada do ativo e são

reconhecidos nos resultados (a menos que a NCP 6 - Locações exija de forma diferente no caso de uma venda seguida de locação) no período do abate ou alienação.

Se o pagamento de um ativo fixo tangível for diferido, a retribuição recebida deve ser reconhecida inicialmente pelo preço a dinheiro equivalente e a diferença entre a quantia nominal da retribuição e o preço a dinheiro equivalente deve ser reconhecida como rendimento de juro segundo a NCP 13 – Rendimento de Transações com Contraprestações usando o modelo do juro efetivo.

c) Participações financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados:

- Em conformidade com a NCP 18 – Instrumentos Financeiros (justo valor ou ao custo); ou
- Ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23 – Investimentos em Associados e Empreendimentos Conjuntos.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método do justo valor, o investimento vai sendo ajustado, pelo menos em cada data de reporte, para o seu justo valor nessa data. As variações de justo valor são reconhecidas em resultados do período em que ocorrem.

A opção de mensuração das participações financeiras ao justo valor só está disponível para as participadas cujos instrumentos de capital próprio sejam negociados publicamente ou, não o sendo, cujo seu justo valor possa ser obtido de forma fiável. A NCP 18 – Instrumentos Financeiros determina que o justo valor é apurado com base na cotação de mercado do instrumento, quando ele existe, ou com base em técnica de avaliação.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

d) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital só são reconhecidos quando a Universidade NOVA de Lisboa se torne numa parte contratual do instrumento.

No momento do reconhecimento inicial, os ativos e os passivos financeiros são mensurados ao justo valor.

Os instrumentos de capital próprio são inicialmente reconhecidos pela quantia de dinheiro recebido ou pelo justo valor dos recursos recebidos ou a receber em troca. Se o pagamento for diferido e o valor temporal do dinheiro for significativo, a mensuração deverá ser ao valor presente da quantia a receber.

Os custos de transação dos ativos e passivos financeiros são incluídos no custo de aquisição se esse ativo ou passivo não for subsequentemente mensurado pelo justo valor, caso em que são imediatamente reconhecidas em resultados do período.

Mensuração subsequente

Ativos e passivos financeiros

Todos os ativos financeiros são subsequentemente reconhecidos ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados, com as seguintes exceções:

- Instrumentos de capital próprio de outras empresas não cotadas ou cujo justo valor não possa ser estimado com fiabilidade, bem como os derivados associados, os quais são mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que se espera que reúnam as condições para serem reconhecidos ao custo ou ao custo amortizados menos perdas por imparidade e que a entidade designe, no momento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Ativos financeiros que a entidade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efetivo, menos perdas por imparidade;
- Ativos financeiros não derivados para serem detidos até à maturidade, os quais devem ser mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro pode ser mensurado ao custo amortizado se satisfazer todas as condições:

- Tem uma maturidade definida;
- Os retornos para o detentor são em montante fixo, de taxa de juro fixa durante o investimento ou taxa variável que seja um indexante típico de mercado ou que inclua spread sobre esse indexante;
- Não têm nenhuma cláusula que possa implicar perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo o risco de crédito).

Todos os passivos financeiros são subsequentemente reconhecidos ao custo amortizado usando o método do juro efetivo (“custo amortizado”), com a seguinte exceção:

- Passivos financeiros classificados como detidos para negociação, os quais devem ser mensurados ao justo valor através de resultado.
- Um passivo financeiro é classificado como detido para negociação se:
 - For suportado principalmente para a finalidade de o recomprar num prazo muito próximo;
 - Fizer parte, aquando do reconhecimento inicial, de uma carteira de instrumentos financeiros identificados, que são geridos em conjunto e para os quais exista evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais; ou
 - For um derivado (exceto se for um instrumento de cobertura designado e eficaz).

Desreconhecimento

Ativos financeiros

Um ativo financeiro deve ser desreconhecido apenas quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram;
- A entidade transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro; ou
- A entidade transfere para outra entidade parte dos riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro.

Qualquer diferença entre a retribuição recebida e a quantia reconhecida e desreconhecida deve ser incluída na demonstração dos resultados do período da transferência.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) deve ser desreconhecido apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou tenha expirado.

Imparidade

De acordo com o §24 da NCP 18 – Instrumentos Financeiros, em cada data de relato, a Universidade NOVA de Lisboa avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Universidade NOVA de Lisboa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

O montante a reconhecer de perda por imparidade deverá ser mensurado da seguinte forma:

- Para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade é a diferença entre a quantia registada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados, os quais devem ser descontados com base na taxa de juro efetiva original do ativo financeiro; e
- Para ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade é a diferença entre a quantia registada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a uma taxa de retorno de mercado corrente para um ativo financeiro semelhante.

Reversão

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, se subsequentemente o valor reconhecido como perda por imparidade diminuir e tal diminuição possa estar objetivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da imparidade (como, por exemplo, uma melhoria na notação de risco do devedor), essa perda por imparidade deve ser revertida. A reversão da perda por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão não poderá resultar num aumento do valor que o respetivo ativo tinha antes de ter sido registada a perda por imparidade.

Quando se verificarem as condições de incobrabilidade que permitam o desreconhecimento dos ativos a que respeitem as imparidades, as contas de imparidade são debitadas por contrapartida das correspondentes contas da Classe 2.

Para os investimentos financeiros em participadas cujas ações não sejam negociadas publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam associados, nestes casos, é proibida a reversão das perdas por imparidade.

e) Transferências e subsídios

Reconhecimento

Um subsídio (ou uma transferência) só será reconhecido após existir segurança de que:

- Serão cumpridas as condições a ele associada; e
- O mesmo será recebido.

Subsídios não reembolsáveis

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente:

- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables devem ser mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Subsídios reembolsáveis

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos. Trata-se de um passivo financeiro tal como previsto nos instrumentos financeiros.

Um subsídio que inicialmente se tenha considerado não reembolsável e se torne reembolsável será contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística, isto é, terá efeitos prospetivos.

f) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que a Universidade NOVA de Lisboa racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes.

Para efetuar a estimativa, a Universidade NOVA de Lisboa determina o “valor esperado”, que é um método estatístico que tem em conta todos os possíveis desfechos e as respetivas probabilidades associadas.

Quando o efeito do valor temporal do dinheiro é materialmente relevante, a quantia de uma provisão deve ser o valor presente dos dispêndios que se esperam sejam necessários para liquidar a obrigação. Quando uma provisão for descontada para o seu valor presente, o valor da provisão irá aumentar em cada ano à medida que a provisão mais se aproximar do momento esperado de liquidação. A taxa de desconto a utilizar deve ser uma taxa antes de impostos que reflita simultaneamente avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do passivo em questão.

Este aumento no valor da provisão é reconhecido como um encargo financeiro na demonstração dos resultados.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se estivermos perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido. É divulgado, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

g) Ativos contingentes

Um ativo contingente não é reconhecido. Os ativos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço ocorrerá e o valor do ativo pode ser mensurado com fiabilidade. Quando tal alteração ocorre, a Universidade NOVA de Lisboa reconhece o ativo e o rendimento relacionado nas demonstrações financeiras desse período.

Nessa avaliação contínua, se a Universidade NOVA de Lisboa determinar que se tornará provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço, então o ativo contingente que até aqui não era divulgado, passa a ser deve ser divulgado nas demonstrações financeiras desse período.

h) Rendimento – transações com contraprestação

Uma transação com contraprestação é uma transação na qual a entidade presta um serviço ou entrega um bem e em troca recebe um valor aproximadamente igual ao bem que entregou ou ao serviço que prestou. O rendimento inclui apenas os influxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviços recebidos, e é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Se a retribuição for recebida em forma de caixa ou equivalentes, o justo valor corresponde à quantia de caixa ou equivalentes de caixa a receber. Se esta retribuição for diferida no tempo, o justo valor será menor que o valor nominal, pois terá o efeito da passagem do tempo (desconto). A diferença entre o valor nominal e este justo valor é reconhecida como rendimento de juros de forma proporcional ao tempo.

Se a retribuição for recebida em forma de ativos, a mesma deve ser valorizada ao justo valor do ativo recebido.

Prestações de serviços

O rendimento de uma prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação poder ser estimado com fiabilidade, sendo o mesmo reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento – método da percentagem de acabamento.

Vendas de bens

O rendimento da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A entidade tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Na maioria dos casos, a transferência dos riscos e vantagens da propriedade coincide com a transferência do título legal ou com a passagem da posse do ativo para o comprador;
- A entidade não manter envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos;

Juros, royalties e dividendos

O rendimento proveniente do uso por terceiros de ativos da entidade que geram juros, royalties, e dividendos ou distribuições similares, deve ser reconhecido quando:

- For provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associado à transação fluirão para a entidade;
- A quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade.

i) Rendimento – transações sem contraprestação

Reconhecimento do ativo

A Universidade NOVA de Lisboa reconhece um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação quando obtiver o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e satisfaça os critérios de reconhecimento. Em vez de um ativo, poderá ser reconhecida uma diminuição do passivo (quando, por exemplo, o credor perdoa um passivo). Um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. Quando a obrigação que deu origem ao reconhecimento do passivo for satisfeita, deve ser reduzida a quantia do passivo reconhecido e reconhecer uma quantia de rendimento igual a essa redução.

Mensuração inicial do ativo

Um ativo adquirido através de uma transação sem contraprestação deve ser inicialmente mensurado pelo seu justo valor à data de aquisição (que corresponde à melhor estimativa do influxo de recursos para a entidade).

Impostos e taxas

Os rendimentos referentes a propinas deverão ser reconhecidos numa base duodecimal na proporção de 4/12 no ano de inscrição, sendo os restantes 8/12 reconhecidos no ano seguinte, em consonância com o ano letivo. Findo cada ano letivo, a previsão anual de propinas deverá ser revista, de modo a refletir alterações nos rendimentos reconhecidos.

Transferências e subsídios correntes obtidos

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Universidade NOVA de Lisboa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão, subjacente ao previsto na NCP 14 e a FAQ 42 – Transferências obtidas com condições decorrentes de acordos ou contratos da CNCP de 22-12-2020.

A dotação do Orçamento de Estado é atribuída anualmente à Universidade NOVA de Lisboa em conformidade com a Lei do Financiamento das Universidades, sendo o respetivo rendimento reconhecido mensalmente.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e à depreciação e amortização de ativos são diferidos no Balanço, na rubrica de Diferimentos, sendo registados como rendimento do período (rubrica “Transferências e subsídios correntes obtidos”), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

As transferências/subsídios reembolsáveis são contabilizadas como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

j) Benefícios dos empregados

A Universidade NOVA de Lisboa reconhece um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a pagar no futuro e um gasto quando a entidade consumir os benefícios económicos decorrentes dos serviços prestados em troca de benefícios dos empregados. Os benefícios aos empregados incluem os salários, contribuições, férias anuais pagas e ausências por doença pagas.

k) Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existam à data do balanço (“*adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“*non adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

l) Partes relacionadas

As partes são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra parte ao tomar decisões financeiras e operacionais, ou se a entidade relacionada e uma outra entidade estiverem sujeitas a controlo comum. As partes relacionadas incluem:

- Entidades que controlem ou sejam controladas diretamente, ou indiretamente através de um ou mais intermediários, pela entidade que relata;
- Associadas (NCP 23 — Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos);
- Indivíduos que possuem, direta ou indiretamente, um interesse na entidade que relata, que lhes confere influência significativa sobre a mesma, e membros próximos da família de qualquer um destes indivíduos;
- Pessoas chave da gestão, e membros próximos da família das mesmas; e
- Entidades em que um interesse substancial é detido, direta ou indiretamente, por qualquer pessoa descrita nas alíneas (c) ou (d), ou na qual tal pessoa é capaz de exercer influência significativa.

m) Regime do acréscimo

A Universidade NOVA de Lisboa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com a base de acréscimo, onde os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outros Créditos a Receber”, “Outras Dívidas a Pagar” ou “Diferimentos”.

2.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

Como mencionado anteriormente, as demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros contabilísticos do Grupo NOVA, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

2.4 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento;
- b) Análises de imparidade de ativos não correntes e ativos financeiros;
- c) Registo de ajustamentos aos valores dos ativos, nomeadamente, dívidas a receber de clientes;
- d) Estimativa de férias e subsídio de férias associados aos empregados;
- e) Reconhecimento do rendimento associado às taxas.

2.5 Erros materiais de períodos anteriores

No seguimento dos trabalhos de encerramento de contas, não foi necessário proceder a correções relativas a exercícios anteriores, caso contrário seriam reconhecidas na rubrica de resultados transitados, de modo a dar uma imagem mais verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

NOTA 3 - ATIVOS INTANGÍVEIS

3.1 Ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

a) Vidas úteis ou taxas de amortização usadas:

Em SNC-AP é aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Apesar de as entidades consolidadas adotarem o referencial contabilístico SNC, as taxas de depreciação são similares ao do Classificador Complementar 2, pelo que não foi necessário efetuar nenhum ajustamento.

b) Método de amortização:

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método das quotas constantes (ou da linha reta).

c) Quantia bruta escriturada no início e no final do período:

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:

Rubricas	Início do período			Final do período				
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidades Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidades Acumuladas	Quantia Escriturada
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Programas de computador e sistemas de informação	9 057 892 €	(8 270 218 €)	0 €	787 675 €	8 836 162 €	(8 451 483 €)	0 €	384 679 €
Propriedade industrial e intelectual	920 643 €	(154 853 €)	0 €	765 790 €	920 643 €	(240 960 €)	0 €	679 683 €
Outros	3 104 €	(1 799 €)	0 €	1 305 €	3 104 €	(3 104 €)	0 €	0 €
Ativos intangíveis em curso	41 674 €	0 €	0 €	41 674 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Total	10 023 313 €	(8 426 870 €)	0 €	1 596 443 €	9 759 909 €	(8 695 547 €)	0 €	1 064 362 €

Quadro 17 – Ativos Intangíveis, quantias escrituradas

De referir que a Fundação da Universidade NOVA de Lisboa representa 94,2% do ativo intangível da conta consolidada. A UniNOVA e NOVA.ID cifram 8 254 EUR e 53 367 EUR respetivamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as componentes com maior peso nos ativos intangíveis referem-se a programas de computador e sistemas de informação e propriedade industrial e intelectual.

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações				Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Amortizações do período	
ATIVOS INTANGÍVEIS						
Programas de computador e sistemas de informação	787 675 €	132 004 €	89 498 €	187 €	(624 685 €)	384 679 €
Propriedade industrial e intelectual	765 790 €	0 €	0 €	0 €	(86 107 €)	679 683 €
Outros	1 305 €	0 €	0 €	0 €	(1 305 €)	0 €
Ativos intangíveis em curso	41 674 €	47 824 €	(89 498 €)	0 €	0 €	0 €
Total	1 596 443 €	179 828 €	0 €	187 €	(712 097 €)	1 064 362 €

Quadro 18 – Ativos Intangíveis, variações do período

As variações verificadas que destacamos durante o exercício em análise, dizem respeito a adições (179 828 EUR) e amortizações do período (712 097 EUR) para as várias componentes dos ativos intangíveis. As adições e diminuições do exercício encontram-se analisadas nos dois pontos seguintes do presente relatório.

e) Adições do período:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes adições:

Rubricas	Adições			
	Compra	Cessão	Outras	Total
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Programas de computador e sistemas de informação	132 004 €	0 €	0 €	132 004 €
Ativos intangíveis em curso	47 824 €	0 €	0 €	47 824 €
Total	179 828 €	0 €	0 €	179 828 €

Quadro 19 – Ativos Intangíveis, adições do período

As adições de ativos intangíveis em 2022 registam um valor de 179 828 EUR, sendo que apenas conseguimos detalhar as que são referentes à Fundação da Universidade Nova de Lisboa (101 146 EUR), e dos quais destacamos:

- Aquisição de softwares de Gestão Académica e Gestão de Informação KOHA da biblioteca, por parte da ENSP, pelo montante de 41 674 EUR;
- Aquisição e implementação do software solução de planeamento e otimização de horários para apoio à Divisão de Planeamento e Gestão da Qualidade da FCT NOVA, pelo valor de 24 599 EUR;
- Aquisição do software FaceReader, por parte da NOVA IMS, pelo montante de 12 690 EUR;

f) Gastos/reversões de depreciações e amortizações:

Os gastos/reversões de amortizações respeitantes a ativos intangíveis encontram-se refletidos na Demonstração de Resultados por Natureza, pelo montante de 712 097 EUR.

3.2 Outras divulgações de ativos intangíveis:

a) Ativos intangíveis materialmente relevantes

Relativamente aos ativos intangíveis materialmente relevantes, destacamos 53 732 EUR (valor líquido/escriturado) referente ao software de Gestão Académica da Unidade Orgânica ENSP, pertencente à Fundação da Universidade NOVA de Lisboa.

b) Ativos intangíveis totalmente amortizados que ainda se encontrem em uso

Não existem elementos a relatar.

NOTA 5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.1 Ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

a) Bases de mensuração:

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a empresa espera incorrer.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparações são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

No caso da entidade consolidante, na transição para o SNC-AP, os prédios rústicos e urbanos deveriam ter sido mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT). Esta reavaliação está em curso, pelo que em 2023 todos os edifícios da NOVA deverão ser participados à matriz, dependendo o registo em nome da NOVA do despacho conjunto do Ministro das Finanças e do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

b) Método de depreciação usado:

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo dado constante no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

As despesas de conservação e/ou reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis foram registadas como gastos do período.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciações usadas:

Em SNC-AP é aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Apesar de as entidades consolidadas adotarem o referencial contabilístico SNC, as taxas de depreciação são similares ao do Classificador Complementar 2, pelo que não foi necessário efetuar nenhum ajustamento.

d) Quantia bruta escriturada no início e fim do período:

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Início do período			Final do período				
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Património histórico, artístico e cultural	93 396 €	(1 526 €)	0 €	91 869 €	93 396 €	(1 526 €)	0 €	91 869 €
	93 396 €	(1 526 €)	0 €	91 869 €	93 396 €	(1 526 €)	0 €	91 869 €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	66 000 653 €	0 €	0 €	66 000 653 €	66 000 653 €	0 €	0 €	66 000 653 €
Edifícios e outras construções	212 079 357 €	(71 220 291 €)	0 €	140 859 066 €	213 189 678 €	(74 880 448 €)	0 €	138 309 230 €
Equipamento básico	89 395 636 €	(78 904 582 €)	0 €	10 491 054 €	91 739 240 €	(83 252 298 €)	0 €	8 486 942 €
Equipamento de transporte	194 147 €	(194 087 €)	0 €	60 €	194 147 €	(194 101 €)	0 €	46 €
Equipamento administrativo	27 399 724 €	(25 035 893 €)	0 €	2 363 830 €	28 532 705 €	(25 879 361 €)	0 €	2 653 344 €
Equipamentos biológicos	28 130 €	(13 284 €)	0 €	14 847 €	28 130 €	(22 661 €)	0 €	5 470 €
Outros	6 967 486 €	(6 356 541 €)	0 €	610 945 €	7 046 188 €	(6 480 642 €)	0 €	565 546 €
Ativos fixos tangíveis em curso	1 279 914 €	0 €	0 €	1 279 914 €	1 425 858 €	0 €	0 €	1 425 858 €
	403 345 046 €	(181 724 678 €)	0 €	221 620 368 €	408 156 598 €	(190 709 512 €)	0 €	217 447 087 €
Total	403 438 441 €	(181 726 204 €)	0 €	221 712 237 €	408 249 994 €	(190 711 038 €)	0 €	217 538 956 €

Quadro 20 – Ativos fixos tangíveis, quantias escrituradas

No exercício de 2022, a rubrica Ativos fixos tangíveis fixou-se em 217 538 956 EUR verificando-se assim uma diminuição de 4 173 281 EUR face ao seu período homólogo. Esta rubrica apresenta um peso relativo de 44,2% no total do ativo, sendo inferior em 5,1% face ao período homólogo.

De salientar que a Fundação da Universidade NOVA de Lisboa é responsável por 98,6% do total desta rubrica.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações					Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural							
Património histórico, artístico e cultural	91 869 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	91 869 €
	91 869 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	91 869 €
Outros ativos fixos tangíveis							
Terrenos e recursos naturais	66 000 653 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	66 000 653 €
Edifícios e outras construções	140 859 066 €	263 199 €	924 076 €	4 787 €	(3 696 722 €)	0 €	138 354 406 €
Equipamento básico	10 491 054 €	2 653 842 €	0 €	15 473 €	(4 758 229 €)	(2 129 €)	8 400 011 €
Equipamento de transporte	60 €	0 €	0 €	0 €	(14 €)	0 €	46 €
Equipamento administrativo	2 363 830 €	1 374 111 €	38 124 €	0 €	(1 071 564 €)	(776 €)	2 703 726 €
Equipamentos biológicos	14 847 €	0 €	0 €	0 €	(9 377 €)	0 €	5 470 €
Outros	610 945 €	135 513 €	0 €	3 €	(188 882 €)	(661 €)	556 919 €
Ativos fixos tangíveis em curso	1 279 914 €	1 108 144 €	(962 200 €)	0 €	0 €	0 €	1 425 858 €
	221 620 368 €	5 534 809 €	0 €	20 263 €	(9 724 788 €)	(3 566 €)	217 447 087 €
Total	221 712 237 €	5 534 809 €	0 €	20 263 €	(9 724 788 €)	(3 566 €)	217 538 956 €

Quadro 21 – Ativos fixos tangíveis, variações do período

Podemos constatar que as principais variações se referem a diminuições nas componentes de edifícios e outras construções e equipamento básico, em 2,5 milhões EUR e 2,1 milhões EUR, respetivamente.

O valor das adições em 2022 fixou-se em 5 534 809 EUR, sendo inferior em 3,6 milhões EUR face ao exercício anterior.

Para a componente de ativos fixos tangíveis em curso foram incorporados em imobilizado firme um montante de 962 200 EUR, sendo esse valor repartido em 924 076 EUR para Edifícios e outras construções e 38 124 EUR para Equipamento administrativo.

e) Adições do período:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes adições:

Rubricas	Adições					Total
	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Património histórico, artístico e cultural	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Edifícios e outras construções	263 199 €	0 €	0 €	0 €	0 €	263 199 €
Equipamento básico	2 617 220 €	0 €	0 €	36 622 €	0 €	2 653 842 €
Equipamento de transporte	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Equipamento administrativo	1 374 111 €	0 €	0 €	0 €	0 €	1 374 111 €
Equipamentos biológicos	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros	135 513 €	0 €	0 €	0 €	0 €	135 513 €
Ativos fixos tangíveis em curso	1 108 144 €	0 €	0 €	0 €	0 €	1 108 144 €
	5 498 187 €	0 €	0 €	36 622 €	0 €	5 534 809 €
Total	5 498 187 €	0 €	0 €	36 622 €	0 €	5 534 809 €

Quadro 22 – Ativos fixos tangíveis, adições do período

As adições verificadas em 2022, dizem respeito essencialmente a aquisições de equipamento básico, contribuindo para isso a aquisição de equipamentos de investigação para o ITQB e FCT, pelos montantes de 615 049 EUR e 331 181 EUR, respetivamente.

Outros destaques nas adições do exercício de 2022 estão relacionadas com equipamento administrativo, que se referem a aquisição de material informático em todas as Entidades Constitutivas, onde destacamos pelo seu valor a NOVA SBE e FCT, com aquisições desta natureza pelos montantes de 662 510 EUR e 211 643 EUR, respetivamente.

f) Diminuições do período:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes diminuições:

Rubricas	Diminuições			Total
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural				
Património histórico, artístico e cultural	0 €	0 €	0 €	0 €
	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais	0 €	0 €	0 €	0 €
Edifícios e outras construções	0 €	0 €	0 €	0 €
Equipamento básico	0 €	0 €	(2 129 €)	(2 129 €)
Equipamento de transporte	0 €	0 €	0 €	0 €
Equipamento administrativo	0 €	0 €	(776 €)	(776 €)
Equipamentos biológicos	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros	0 €	0 €	(661 €)	(661 €)
Ativos fixos tangíveis em curso	0 €	0 €	0 €	0 €
	0 €	0 €	(3 566 €)	(3 566 €)
Total	0 €	0 €	(3 566 €)	(3 566 €)

Quadro 23 – Ativos fixos tangíveis, diminuições do período

As diminuições verificadas no exercício, são totalmente referentes à Fundação da Universidade NOVA de Lisboa, e resultam essencialmente da continuada análise efetuada ao cadastro dos SASNOVA e consequente identificação de itens que não devem ser considerados ativos, bem como abates de bens considerados danificados que não se encontravam a produzir benefícios para a entidade e que já se encontravam totalmente danificados.

5.2 Excedentes de revalorização

Após reconhecimento como ativo, um bem do ativo fixo tangível deve ser registado pelo seu custo, menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas, devendo aplicar-se essa política a uma classe inteira de ativos fixos tangíveis.

Em algumas circunstâncias os ativos fixos tangíveis podem ser objeto de revalorização de acordo com critérios e parâmetros a definir em dispositivo legal adequado.

A revalorização a que se refere o parágrafo anterior pressupõe a determinação, à data da revalorização, da vida útil remanescente do ativo.

Se um bem do ativo fixo tangível for revalorizado, qualquer depreciação acumulada à data da revalorização deve ser tratada de uma das seguintes formas:

a) Eliminada contra a quantia escriturada bruta do ativo, sendo a quantia líquida reexpressa para a quantia revalorizada do ativo. Este método deve ser usado na revalorização de terrenos e edifícios;

b) Reexpressa proporcionalmente à alteração na quantia bruta registada do ativo, a fim de que a quantia escriturada do ativo após a revalorização iguale a sua quantia revalorizada. Este método deve ser usado na revalorização dos restantes ativos fixos tangíveis pela aplicação de um índice ao seu custo de reposição depreciado.

Se um bem do ativo fixo tangível for revalorizado, toda a classe a que esse ativo pertence deve ser revalorizada. Essa revalorização deve ocorrer simultaneamente para todos os bens dentro da classe a fim de evitar revalorizações seletivas de ativos e relatar quantias nas demonstrações financeiras que incluam custos e valores obtidos em datas diferentes.

Se a quantia escriturada de um ativo fixo tangível for aumentada em consequência de uma revalorização, o aumento deve ser creditado diretamente no património líquido como excedentes de revalorização. Porém, este aumento deve ser inicialmente reconhecido nos resultados até ao limite em que reverta uma redução de revalorização do mesmo ativo anteriormente reconhecida nos resultados.

Se a quantia escriturada de um ativo fixo tangível for reduzida em consequência de uma revalorização, a redução deve ser reconhecida nos resultados. Porém, essa redução deve ser reconhecida diretamente no património líquido até ao limite de qualquer saldo credor existente no excedente de revalorização desse mesmo ativo.

Parte ou a totalidade do excedente de revalorização incluído no património líquido relativo a ativos fixos tangíveis pode ser transferido diretamente para resultados transitados quando os ativos forem desreconhecidos. Tal pode ocorrer quando o ativo com o qual o excedente se relaciona for abatido ou alienado. Porém, parte do excedente pode ser transferido quando o ativo ainda estiver a ser utilizado pela entidade. Neste caso, a quantia do excedente a transferir será a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada revalorizada do ativo e a depreciação baseada no seu custo inicial. As

transferências dos excedentes de revalorização para resultados transitados não devem passar pelos resultados do período.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Excedentes de revalorização inicial	Reforço	Realização	Transferências	Excedente de revalorização final
Outros ativos fixos tangíveis					
Edifícios e outras construções	32 065 390 €	0 €	(27 209 €)	0 €	32 038 181 €
	32 065 390 €	0 €	(27 209 €)	0 €	32 038 181 €
Total	32 065 390 €	0 €	(27 209 €)	0 €	32 038 181 €

Quadro 24 – Ativos fixos tangíveis, excedentes de revalorização

Em 2009, procedeu-se à atualização do inventário do património imobiliário da NOVA e dos bens imóveis do Estado que lhe estão afetos, daí resultando excedentes de revalorização escriturados na entidade consolidada.

Em 2019, com a transição para o SNC-AP, deveriam ter sido atualizados para o Valor Patrimonial Tributário (VPT), tal como previsto na NCP 5, porém até à presente data, ainda não foi possível à Fundação da Universidade NOVA de Lisboa proceder a tal atualização. Assim, as diminuições verificadas em 2022 na rubrica de Excedentes de revalorização com um montante de 27 209 EUR dizem respeito ao valor proporcional de 2022 da reserva de reavaliação dos bens doados pela NOVA SBE à FCSH, FD e NOVA IMS, pelos montantes de 15 493 EUR, 2 898 EUR e 8 817 EUR, respetivamente.

5.3 Outras divulgações

- a) **Quantia escriturada de ativos fixos tangíveis totalmente depreciados que ainda estejam em uso:**
Nada a relatar.

NOTA 10 - INVENTÁRIOS

a) Política contabilística e método de custeio usado:

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compras incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos alfandegários, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e mão-de-obra direta, incluindo ainda gastos de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

O Grupo NOVA adota o sistema do custo médio ponderado como fórmula de custeio dos seus inventários.

b) Quantia escriturada de inventários:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de inventários tinha a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
INVENTÁRIOS						
Mercadorias	108 649 €	0 €	108 649 €	100 376 €	0 €	100 376 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	62 193 €	0 €	62 193 €	4 552 €	0 €	4 552 €
Total	170 842 €	0 €	170 842 €	104 928 €	0 €	104 928 €

Quadro 25 – Inventários

No exercício de 2022, a rubrica de Inventários fixou-se em 170 842 EUR verificando-se assim um aumento de 65 914 EUR (62,8%) face ao seu período homólogo. Esta rubrica apresenta um peso relativo inferior a 0,1% no total do ativo. De salientar que a Fundação da Universidade NOVA de Lisboa representa 42,1% do montante recuperável do Grupo NOVA, uma diminuição de 16,2% face ao ano anterior, sendo os restantes 57,9% pertencentes à entidade participada NOVA.ID.

NOTA 13 - RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados:

Nos termos da NCP 13, os rendimentos com contraprestação são aqueles em que o Grupo NOVA recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos, e dá em troca à outra parte um valor aproximadamente igual (principalmente na forma de bens, serviços ou uso de ativos).

Vendas – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados:

- I. Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- II. Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- III. Quando os montantes dos réditos possam ser fiavelmente quantificados;
- IV. Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- V. Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

Prestações de serviços – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Juros – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

Royalties – O rendimento é reconhecido de acordo com o regime do acréscimo.

Dividendos – O rendimento é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

b) Quantia de cada categoria significativa do rendimento reconhecida no período:**I. Prestações de serviços:**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Prestações de serviços e concessões apresentava a seguinte composição:

Tipo de Transação com Contraprestação	31/12/2022	31/12/2021
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E CONCESSÕES		
Serviços específicos do setor da saúde	258 861 €	570 115 €
Consultas	9 261 €	9 824 €
Realização de análises clínicas	249 600 €	560 291 €
Serviços específicos do setor de educação	1 554 147 €	1 121 526 €
Serviços Secundários	0 €	0 €
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	2 890 482 €	2 549 071 €
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	1 118 770 €	566 223 €
Serviços de alimentação	286 619 €	111 031 €
Serviço de alojamento	709 965 €	412 562 €
Outros serviços sociais	122 186 €	42 631 €
Serviços laboratoriais	298 829 €	3 234 507 €
Subsídios Projectos	0 €	5 300 €
Outros serviços	4 399 478 €	3 324 637 €
Outros serviços prestado ao exterior	1 340 788 €	985 238 €
Acções de formação	1 116 496 €	811 024 €
Inscrições em seminários e congressos	190 155 €	108 006 €
Outros	1 751 921 €	1 420 222 €
Fotocópias, impressos e publicações	118 €	146 €
Total	10 520 567 €	11 371 379 €

Quadro 26 – Prestações de serviços

No exercício de 2022, a rubrica de Prestações de serviços fixou-se em 10,5 milhões EUR. Esta rubrica apresenta um peso relativo na estrutura de rendimentos de 4,8%.

Comparativamente ao exercício anterior, verificámos uma diminuição da rubrica em 850 811 EUR, o que representa um decréscimo em cerca de 7,5%. Esta diminuição deve-se essencialmente à variação na conta referente a serviços laboratoriais, pelo montante de 2 935 678 EUR, sendo justificada pela diminuição dos rendimentos oriundos da prestação de serviços do sector da saúde e serviços laboratoriais prestados à comunidade no âmbito da testagem à COVID-19.

Em sentido inverso, o aumento mais significativo foi pelo montante de 432 621 EUR nas contas referentes a serviços específicos do setor da educação.

Importa salientar que a Fundação da Universidade NOVA de Lisboa representa 86,8% das prestações de serviço do Grupo NOVA. Em termos de prestações de serviços das entidades participadas, destacamos a componente outros da NOVA.ID no valor de 750 352 EUR.

II. Vendas de bens:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Vendas apresentava a seguinte composição:

Tipo de Transação com Contraprestação	31/12/2022	31/12/2021
VENDAS		
Publicações	5 821 €	6 914 €
Insígnias	215 €	0 €
Vacinas	94 230 €	72 731 €
Artigos de Loja	3 838 €	4 269 €
Livros	1 209 €	1 658 €
Outros Bens	10 588 €	8 915 €
Produtos alimentares e bebidas	182 245 €	100 755 €
Total	298 146 €	195 242 €

Quadro 27 – Vendas de bens

No exercício de 2022, a rubrica Vendas fixou-se em 298 146 EUR. Esta rubrica apresenta um peso relativo na estrutura dos rendimentos de 0,1%.

Comparativamente ao exercício anterior, verificámos um aumento da rubrica em 102 904 EUR, o que representa um acréscimo em cerca de 52,7%. Neste sentido, o aumento mais acentuado foi registado nas vendas de produtos alimentares e bebidas.

III. Juros e rendimentos similares obtidos:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Juros e rendimentos similares obtidos apresentava a seguinte composição:

Tipo de Transação com Contraprestação	31/12/2022	31/12/2021
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS		
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 544 €	209 €
Diferenças de câmbio favoráveis na atividade de financiamento	54 097 €	803 €
Total	55 641 €	1 011 €

Quadro 28 – Juros e rendimentos similares obtidos

No exercício de 2022, a rubrica Juros e rendimentos similares obtidos fixou-se em 55 641 EUR.

Relativamente ao exercício anterior, verificámos um aumento bastante significativo da rubrica em 54 630 EUR, que está relacionado essencialmente pela variação verificada nas contas referentes a diferenças de câmbio favoráveis.

De referir que as entidades participadas não têm qualquer expressão nesta rubrica.

IV. Outros rendimentos:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Outros rendimentos apresentava a seguinte composição:

Tipo de Transação com Contraprestação	31/12/2022	31/12/2021
OUTROS RENDIMENTOS		
Rendimentos suplementares	3 365 978 €	2 712 022 €
Serviços sociais	88 €	0 €
Arrendamento de espaços e aluguer de equipamento	1 450 537 €	514 328 €
Estudos, projetos e assistência tecnológica	1 470 888 €	1 865 276 €
Outros rendimentos suplementares	444 466 €	332 418 €
Ganhos em inventários	25 494 €	16 177 €
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0 €	5 €
Rendimentos em investimentos não financeiros	251 287 €	6 143 €
Outros	6 885 109 €	7 600 799 €
Correções relativas a períodos anteriores	1 102 313 €	1 233 480 €
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	5 096 359 €	5 251 247 €
Restituição de impostos	0 €	26 519 €
Diferenças de câmbio favoráveis na atividade operacional	16 133 €	4 020 €
Outros não específicos	670 304 €	1 085 533 €
Total	10 527 869 €	10 335 146 €

Quadro 29 – Outros rendimentos

No exercício de 2022, a rubrica Outros rendimentos fixou-se em 10,5 milhões EUR. Esta rubrica apresenta um peso relativo na estrutura de rendimentos de 4,8%.

Comparativamente ao exercício anterior, verificámos um aumento da rubrica em 192 723 EUR, o que representa um acréscimo em cerca de 1,9%. Este aumento deve-se essencialmente à variação na componente referente a arrendamento de espaços e aluguer de equipamento, pelo montante de 1 450 537 EUR, onde estão englobados os rendimentos do exercício referentes a aluguer de salas (649 828 EUR), estacionamento (255 816 EUR) e outros alugueres de instalações (538 229 EUR). Nesta conta verificou-se um aumento de 936 209 EUR face ao período homólogo, cerca de 182%, justificado pelo aumento gradual da normal atividade.

Em sentido inverso, verificamos um decréscimo nas contas referentes a Outros não específicos e Estudos, projetos e assistência tecnológica, pelos montantes de 415 228 EUR e 394 388 EUR, respetivamente. Na conta Outros não específicos estão registados os rendimentos referentes a otimização/restituição de IVA, enquanto em Estudos, projetos e assistência tecnológica se destacam os rendimentos com os clientes APA, IP – Agência Portuguesa do Ambiente, Climate Alliance Office in Frankfurt, Fundo Ambiental e Secretaria Geral do Ambiente e da Ação climática.

De salientar que a Fundação da Universidade NOVA de Lisboa tem um peso de 88,7%, enquanto que a NOVA.ID representa 9,8% do total do Grupo NOVA, destacando-se a componente de imputação de subsídios para investimentos no valor de 1 milhão EUR.

NOTA 14 - RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

14.1 Rendimento de transações sem contraprestação:

Numa transação sem contraprestação o Grupo NOVA ou recebe valor de uma outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual, ou dá valor a uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual.

a) Quantia de rédito proveniente de transações sem contraprestação reconhecidas durante o período por classes principais evidenciando separadamente:

I. Impostos, evidenciado separadamente as classes principais de impostos:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Impostos, contribuições e taxas apresentava a seguinte composição:

Tipo de Transação sem Contraprestação	31/12/2022	31/12/2021
IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E TAXAS		
Taxas	48 554 421 €	41 445 768 €
Emolumentos	1 050 133 €	1 358 560 €
Propinas	45 877 918 €	39 094 128 €
Taxas de matrícula	726 571 €	0 €
Outras	899 800 €	993 080 €
Multas e outras penalidades	83 260 €	50 679 €
Juros de Mora de Propinas	19 919 €	8 014 €
Outras multas e penalidades	63 341 €	42 665 €
Total	48 637 681 €	41 496 447 €

Quadro 30 – Impostos, contribuições e taxas

Com referência a 31 de dezembro de 2022, a rubrica Impostos, contribuições e taxas apresenta um montante de 48 637 681 EUR, onde verificámos um aumento de 7 141 234 EUR face ao seu período homólogo. Este acréscimo da rubrica em cerca de 17 pontos percentuais, deve-se essencialmente às

propinas, consequência do número de alunos matriculados associados ao aumento da procura, também a nível mundial fruto dos bons resultados apresentados nos vários rankings.

A rubrica Impostos, contribuições e taxas apresenta um peso relativo de 22,3% na estrutura de rendimentos.

De salientar que apenas a Fundação da Universidade NOVA de Lisboa contribuí para esta componente de rendimentos no Grupo NOVA.

II. Transferências, evidenciado separadamente as classes principais de réditos de transferências:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Transferências e subsídios correntes obtidos apresentava a seguinte composição:

Tipo de Transação sem Contraprestação	31/12/2022	31/12/2021
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES OBTIDOS		
Transferências correntes	121 938 902 €	117 887 817 €
Transferências — Tesouro	80 611 395 €	76 948 229 €
Transferências correntes obtidas	41 327 507 €	40 939 588 €
Subsídios correntes	16 756 766 €	11 899 963 €
Subsídios à exploração	9 607 625 €	9 213 265 €
Doações e heranças	30 240 €	19 935 €
Total	148 333 533 €	139 020 979 €

Quadro 31 – Transferências e subsídios correntes obtidos

No exercício de 2022, a rubrica Transferências e subsídios correntes obtidos fixou-se em 148 333 533 EUR. Esta rubrica apresenta um peso relativo na estrutura de rendimentos de 67,9%.

Comparativamente ao exercício anterior, verificámos um aumento da rubrica em 9 312 554 EUR, o que representa um acréscimo em cerca de 6,7%. Este aumento justifica-se maioritariamente pelas variações nas contas de transferências de receitas gerais do Estado (aumento do Orçamento de Estado em cerca de 4,2 milhões EUR), transferências correntes obtidas (referentes essencialmente à especialização de projetos).

De salientar que a Fundação da Universidade NOVA de Lisboa tem um peso de 91%, seguindo-se da NOVA.ID com 6,5% (9,6 milhões EUR em subsídios à exploração) e da UniNOVA com 2,5% (3,8 milhões EUR em subsídios correntes).

14.2 Outras divulgações:

a) Políticas contabilísticas adotadas:

Nos termos da NCP 14, os rendimentos sem contraprestação são aqueles em que o Grupo NOVA reconhece um ativo quando obtiver o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e satisfaça os critérios de reconhecimento. Em determinadas circunstâncias, tal como quando um credor perdoa um passivo, pode surgir uma diminuição na quantia escriturada de um passivo anteriormente reconhecido.

b) Bases de mensuração:

Um ativo adquirido através de uma transação sem contraprestação deve ser inicialmente mensurado pelo seu justo valor à data de aquisição (que corresponde à melhor estimativa do influxo de recursos para a entidade).

NOTA 15 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

15.1 Provisões:

a) Bases de mensuração:

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- I. Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- II. Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefício económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- III. Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

b) Quantia escriturada no início e no fim do período:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe das provisões são os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
PROVISÕES		
Processos judiciais em curso	156 764 €	246 914 €
Outras Provisões	595 124 €	1 217 561 €
Total	751 888 €	1 464 476 €

Quadro 32 - Provisões

Com referência a 31 de dezembro de 2022, o valor referente à rubrica Provisões fixou-se em 751 888 EUR verificando-se assim um decréscimo de 712 588 EUR (48,7%) face ao seu período homólogo. Esta rubrica apresenta um peso relativo na estrutura do passivo de 0,3%.

Comparativamente ao exercício anterior, o decréscimo acentuado verificado deve-se às seguintes variações ocorridas na NMS|FCM:

- Reversão de dois processos judiciais em curso, no montante de 90 150 EUR;
- Reversão de outras provisões no montante de 1 241 468 EUR, respeitante à correção do valor de provisões do exercício anterior, que passou a figurar como acréscimo de gastos; e
- Constituição de novas provisões, pelo montante de 619 031 EUR, respeitante a aprovisionamento de prestação de serviços e devolução de verbas a projetos de investigação.

De salientar que apenas a Fundação da Universidade NOVA de Lisboa contribuiu para esta rubrica.

NOTA 16 - EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Reconhecimento inicial

Uma transação em moeda estrangeira é a que é denominada ou exige liquidação numa moeda estrangeira, incluindo transações que resultem de uma entidade:

- I. Comprar ou vender bens ou serviços cujo preço é denominado numa moeda estrangeira;

- II. Pedir emprestado ou emprestar fundos quando as quantias a pagar ou a receber são denominadas numa moeda estrangeira;
- III. Adquirir ou alienar ativos, ou assumir ou pagar passivos, denominados numa moeda estrangeira.

No momento do reconhecimento inicial, uma transação em moeda estrangeira deve ser registada moeda funcional, aplicando à quantia em moeda estrangeira a taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação.

A data de uma transação é a data em que a transação se qualifica inicialmente para reconhecimento de acordo com as NCP.

O Grupo NOVA tem como procedimento a utilização da data de documento de despesa como referência à taxa de câmbio.

As alterações nas taxas de câmbio podem ter um impacto em caixa ou equivalentes detidos ou devidos numa moeda estrangeira. A apresentação de tais diferenças de câmbio é tratada na NCP 1 — Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras. Embora estas alterações não sejam fluxos de caixa, o efeito das alterações das taxas de câmbio em caixa e seus equivalentes detidos ou devidos numa moeda estrangeira, são relatados na demonstração dos fluxos de caixa a fim de reconciliar a caixa e seus equivalentes no início e no fim do período. Estas quantias são apresentadas separadamente dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento e incluem as diferenças, caso existam, se esses fluxos de caixa forem relatados às taxas de câmbio do fim do período.

NOTA 17 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

As demonstrações financeiras consolidadas foram autorizadas para emissão em 27 de junho de 2022 pelo Conselho de Gestão da NOVA.

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

A situação presente na Ucrânia-Rússia veio ensombrar essa perspectiva, podendo o cenário macroeconómico não vir a ser tão favorável para a obtenção de melhores resultados. Como consequência desta situação, a economia revela atualmente um enorme estado de incerteza, cuja duração e consequências são ainda imprevisíveis. Com os elementos disponíveis, consideramos que estão criadas as condições operacionais para a manutenção da atividade da Entidade, estando assegurados os compromissos financeiros assumidos.

Não são conhecidos à data quaisquer outros eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 Políticas contabilísticas e bases de mensuração:

De acordo com o §24 da NCP 18, “em cada data de relato, em entidade deve avaliar a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade deve reconhecer uma perda por imparidade na demonstração de resultados”.

A evidência objetiva de imparidade referida na Norma pode ser observada através dos fatores elencados no §25 da mesma NCP:

- I. Significativa dificuldade financeira do emitente ou devedor;
- II. Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- III. O credor, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que o credor de outro modo não consideraria;
- IV. Torne-se provável que o devedor irá entrar em falência ou fará qualquer reorganização financeira;
- V. O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor;
- VI. Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial, embora a diminuição não possa ser ainda identificada para um dado ativo financeiro individual do grupo, tal como sejam condições económicas nacionais, locais ou setoriais adversas.

Existem naturalmente outros fatores que podem afetar significativamente e que devem, na mesma medida, ser tidos em consideração a cada data de relato. No que respeita a constituição da dívida de cobrança duvidosa, o procedimento será o mesmo, quer se trate de dívidas de alunos ou outros clientes, devendo considerar-se dívidas vencidas há mais de 365 dias (data de vencimento = data de emissão do documento acrescido de 30 dias). Relativamente, à constituição da perda por imparidade, torna-se necessário dividir a abordagem em dois âmbitos diferentes:

- Clientes: reconhecimento da imparidade dívida data de vencimento (+30 dias data de emissão do documento) ≥ 365 dias;
- Alunos: reconhecimento da imparidade dívida com data de vencimento (+30 dias data de emissão do documento) $\leq 31/08/N-2$; relativamente à imparidade de dívida de alunos, terá por base i) o duodécimo da especialização de propinas (4/12 ano n ; 8/12 ano $n+1$; e ii) constituição de imparidade para dívida de anos letivos anteriores ao ano civil em questão.

Em 31 de dezembro de 2022, o detalhe da constituição de imparidades era a seguinte:

Ativo	Natureza	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
31/12/2022				
Contas a receber de clientes e alunos	Ativo gerador de receita	5 377 273 €	(1 317 273 €)	4 060 000 €
Contas a receber de utentes	Ativo gerador de receita	27 886 386 €	(3 588 177 €)	24 298 208 €
Total		33 263 658 €	(4 905 450 €)	28 358 208 €
31/12/2021				
Contas a receber de clientes e alunos	Ativo gerador de receita	5 548 445 €	(1 430 845 €)	4 117 600 €
Contas a receber de utentes	Ativo gerador de receita	24 593 000 €	(3 605 816 €)	20 987 183 €
Total		30 141 444 €	(5 036 661 €)	25 104 783 €

Quadro 33 – Imparidades ativos

Conforme mencionado na NCP 9, os ativos geradores de caixa são ativos detidos com o objetivo principal de gerarem um retorno económico. Todos os restantes ativos que não preencham esta condição, apresentam-se como ativos não geradores de caixa.

No exercício de 2022 verificamos uma diminuição dos valores referentes a imparidades na rubrica de clientes em 2,6%, pelo montante de 131 211 EUR, face ao exercício homólogo. Para a Fundação da

Universidade NOVA de Lisboa são consideradas imparidades dos saldos a receber sempre que estes apresentem uma antiguidade superior a um ano.

Para além da Fundação da Universidade NOVA de Lisboa, também a entidade participada UniNOVA contribui para as imparidades acumuladas com 86 401 EUR.

NOTA 19 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

19.1 Política contabilística:

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela gerência.

Todo o pessoal ao serviço do Grupo NOVA foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

19.2 Reconciliação dos saldos de abertura e encerramento do período:

No exercício findo a 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo NOVA incorreu nos seguintes gastos com pessoal:

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
GASTOS COM PESSOAL		
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	815 906 €	795 805 €
Remunerações do pessoal	113 955 005 €	106 339 199 €
Encargos sobre remunerações	25 027 827 €	23 728 098 €
Indemnizações	21 385 €	80 779 €
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	291 360 €	216 895 €
Gastos de acção social	2 648 €	2 413 €
Outros gastos com o pessoal	2 710 094 €	2 832 857 €
Outros encargos sociais	249 108 €	233 131 €
Total	143 073 333 €	134 229 176 €

Quadro 34 – Gastos com pessoal

A rubrica Gastos com pessoal evidencia, a 31 de dezembro de 2022, um montante de 143 073 333 EUR, verificando-se assim um aumento de 8 844 157 EUR face ao exercício anterior. A rubrica possui um peso relativo de 66,3% na estrutura de gastos do Grupo NOVA.

Comparativamente ao exercício anterior, verificamos que o aumento da rubrica se deve essencialmente ao acréscimo de gastos com remunerações do pessoal em 7 615 806 EUR, que origina também um aumento dos gastos com encargos sobre remunerações. O acréscimo nesta tipologia de remunerações encontra-se relacionado intrinsecamente com as novas admissões de pessoal docente, investigador e pessoal não docente. Todas estas admissões alavancam também os respetivos gastos com encargos sobre remunerações do exercício.

Inversamente, verificámos um decréscimo de outros gastos com pessoal em 122 763 EUR (4,3%), face ao seu período homólogo, que é justificado pela diminuição verificada na entidade participada NOVA.ID no montante de 147 855 EUR (7,9%).

Os Gastos com Pessoal encontram-se segregados da seguinte forma pelas entidades consolidantes:

Entidade	31/12/2022	%
Fundação UNL	135 299 461 €	94,6%
UniNOVA	1 893 626 €	1,3%
NOVA.ID	5 880 245 €	4,1%
Total	143 073 333 €	100,0%

Quadro 35 – Gastos com Pessoal por Entidade consolidante

Nota-se que, a Fundação da Universidade NOVA de Lisboa é responsável por 94,6% dos gastos com pessoal no Grupo NOVA, enquanto que a entidade participada NOVA.ID tem um peso de 4,1% no total do Grupo.

19.3 Gasto total reconhecido na demonstração dos resultados:

O gasto total respeitante à rubrica em análise encontra-se devidamente refletido na Demonstração de Resultados por Natureza, sendo que foi registado o acréscimo de gastos com benefícios futuros como as férias, subsídio de férias e respetivos encargos a liquidar no ano seguinte, o qual está devidamente discriminado na alínea correspondente na Nota 21.i.

NOTA 20 - DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

20.1 Divulgações de controlo:

Nesta nota encontram-se divulgadas as relações existentes entre as partes relacionadas quando existe controlo entre o Grupo NOVA e as suas partes relacionadas.

O Grupo NOVA em 31 de dezembro de 2022 tinha controlo sobre as seguintes entidades:

Partes Relacionadas	Sede	% Controlo		Controlo final
		Direto	Indireto	
Uninova - Instituto de Desenvolvimento de Novas Tecnologias	Almada	84,18%	0,00%	84,18%
NOVA.ID.FCT - Associação para Inovação e Desenvolvimento da FCT	Almada	0,00%	42,86%	42,86%
Madan Parque - Associação Parque de Ciência e Tecnologia Almada/Setúbal	Almada	49,34%	0,00%	49,34%
Ulisses - Fundação para o Desenvolvimento da Gestão, F.P.	Lisboa	49,80%	0,00%	49,80%
Associação The Lisbon MBA	Cascais	50,00%	0,00%	50,00%
CTQB - Centro Tecnologia Química e Biológica	Oeiras	100,00%	0,00%	100,00%
LHEA - Association for Lifelong Health Education	Cascais	24,39%	0,00%	24,39%
Associação AlmaScience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e Sustentáveis	Almada	5,26%	0,00%	5,26%
InnovPlantProtect - Associação	Elvas	14,00%	0,00%	14,00%
V4H - Associação para a Investigação em valor e Inovação Tecnológica em Saúde (Value4Health.CoLab)	Lisboa	40,00%	0,00%	40,00%
Associação CECOLAB - Collaborative Laboratory Towards Circular Economy	Oliveira do Hospital	5,26%	0,00%	5,26%
Associação COLABTRIALS - Laboratório Colaborativo para a Inovação em Ensaios Clínicos	Évora	11,11%	0,00%	11,11%
AID - Associação para a Promoção do Almada Innovation District	Monte da Caparica	23,81%	0,00%	23,81%
AGENEAL - Agência Municipal de Energia de Almada	Almada	0,00%	3,38%	3,38%
NovAlmadaVelha - Agência de Desenvolvimento Local	Almada	0,00%	5,08%	5,08%
IBET - Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica	Oeiras	0,37%	4,42%	4,79%
Fundação Alfredo de Sousa	Cascais	0,08%	0,00%	0,08%
BIOREF - Laboratório Colaborativo para as Biorrefinarias	Porto	5,00%	0,00%	5,00%
Vortex - Associação para o Laboratório Colaborativo em Sistemas Cíber-Físicos e Cíber-Segurança	Vila Nova de Gaia	15,00%	0,00%	15,00%
Hylab - Green Hydrogen Collaborative Laboratory	Sines	5,00%	0,00%	5,00%

Quadro 36 – Partes relacionadas, % controlo

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe dos investimentos financeiros era o seguinte:

PARTES RELACIONADAS	31/12/2022	31/12/2021
Madan Parque - Associação Parque de Ciência e Tecnologia Almada/Setúbal	1 494 466 €	1 494 272 €
Ulisses - Fundação para o Desenvolvimento da Gestão, F.P.	96 759 €	77 943 €
Associação The Lisbon MBA	115 496 €	85 824 €
CTQB - Centro Tecnologia Química e Biológica	222 408 €	222 408 €
LHEA - Association for Lifelong Health Education	489 696 €	526 650 €
Associação AlmaScience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e Sustentáveis	9 385 €	14 962 €
InnovPlantProtect - Associação	22 366 €	38 116 €
V4H - Associação para a Investigação em valor e Inovação Tecnológica em Saúde (Value4Health.CoLab)	20 776 €	20 776 €
Associação CECOLAB - Collaborative Laboratory Towards Circular Economy	145 772 €	145 772 €
Associação COLABTRIALS - Laboratório Colaborativo para a Inovação em Ensaios Clínicos	6 606 €	4 551 €
AID - Associação para a Promoção do Almada Innovation District	33 003 €	46 945 €
AGENEAL - Agência Municipal de Energia de Almada	8 978 €	8 978 €
NovAlmadaVelha - Agência de Desenvolvimento Local	2 993 €	2 993 €
IBET - Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica	55 000 €	55 000 €
Fundação Alfredo de Sousa	10 000 €	10 000 €
BIOREF - Laboratório Colaborativo para as Biorrefinarias	5 500 €	5 500 €
Vortex - Associação para o Laboratório Colaborativo em Sistemas Cíber-Físicos e Cíber-Segurança	75 000 €	75 000 €
PRODUTECH - Associação para as Tecnologias de Produção Sustentável	1 000 €	1 000 €
Outras empresas	5 000 €	0 €
Total	2 820 204 €	2 836 688 €

Quadro 37 – Partes relacionadas, investimentos financeiros

Com referência a 31 de dezembro de 2022, a rubrica Participações financeiras evidencia o montante de 2 820 204 EUR, verificando-se assim uma redução de 16 484 EUR face ao exercício anterior.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas/associadas apresentava a seguinte composição decorrente da aplicação do método de equivalência patrimonial:

Participada	% interesse	Capitais próprios/ Fundo associativo 31/12/2022	Resultado líquido período	Outras variações Capitais próprios/ Fundo associativo em 2022	Aplicação Método equivalência patrimonial
Madam Parque - Associação Parque de Ciência e Tecnologia Almada/Setúbal	46,44%	972 042 €	(129 610 €)	(183 850 €)	195 €
Ulisses - Fundação para o Desenvolvimento da Gestão, F.P.	49,80%	a) 250 000 €	a) 41 862 €	a) 0 €	18 817 €
Associação The Lisbon MBA	50,00%	a) 0 €	a) 59 344 €	a) 0 €	29 672 €
CTQB - Centro Tecnologia Química e Biológica	100,00%	0 €	(6 989 €)	(2 042 €)	0 €
LHEA - Association for Lifelong Health Education	24,39%	2 050 000 €	(199 080 €)	2 938 244 €	(36 953 €)
Associação AlmaScience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e Sustentáveis	40,00%	a) 5 000 €	a) 7 921 €	a) 0 €	b)
InnovPlantProtect - Associação	5,26%	a) 100 000 €	a) 77 431 €	a) 0 €	b)
V4H - Associação para a Investigação em valor e Inovação Tecnológica em Saúde (Value4Health.CoLab)	40,00%	5 000 €	8 283 €	0 €	b)
Associação CECOLAB - Collaborative Laboratory Towards Circular Economy	5,26%	c) 95 000 €	c) 134 705 €	c) 1 935 734 €	b)
Associação COLABTRIALS - Laboratório Colaborativo para a Inovação em Ensaios Clínicos	11,11%	45 000 €	18 497 €	0 €	1 606 €
AID - Associação para a Promoção do Almada Innovation District	23,81%	210 000 €	(55 483 €)	0 €	(13 210 €)
Total					125 €

Notas:

a) À data da elaboração do Relatório & Contas Consolidadas 2022 da Universidade NOVA de Lisboa, não nos foram disponibilizadas as contas na sua versão final ou draft, pelo que a informação apresentada diz respeito ao exercício de 2021.

b) Aquando da elaboração do Relatório & Contas de 2022 da Universidade NOVA de Lisboa, não nos foram disponibilizadas atempadamente as contas na sua versão final ou draft que nos permitisse efetuar o respetivo cálculo do MEP.

c) À data da elaboração do Relatório & Contas Consolidadas 2022 da Universidade NOVA de Lisboa, não nos foram disponibilizadas as contas na sua versão final ou draft, pelo que a informação apresentada diz respeito ao exercício de 2020.

Quadro 38 – Detalhe do MEP

Relativamente ao detalhe do MEP referente ao exercício em análise, não nos foi possível incluir a informação referente às entidades do perímetro externo CECOLAB, InnovPlantProtect e Associação AlmaScience, devido a estas não terem facultado o seu Relatório & Contas 2022 em tempo útil. Para além das entidades mencionadas, os dados evidenciados no quadro para a Associação The Lisbon MBA e Fundação Ulisses referentes aos capitais próprios, resultado líquido e outras variações de capital dizem respeito ao exercício de 2021, e no caso da CECOLAB foram utilizados os dados do exercício de 2020 devido a não termos em nossa posse informação financeira mais recente.

NOTA 21 - OUTRAS DIVULGAÇÕES

a) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
DEVEDORES POR TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS NÃO REEMBOLSÁVEIS		
Devedores p/ outras transferências - receitas	229 146 €	2 117 €
Devedores p/ atribuição de subsídios ao funcionamento, c/c	132 076 583 €	115 652 660 €
Devedores p/ atribuição de subsídios ao investimento, c/c	5 238 882 €	4 305 000 €
Total	137 544 611 €	119 959 776 €

Quadro 39 – Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

No ano de 2022, a rubrica Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, com um montante de 137 544 611 EUR, apresenta uma expressão no valor total do ativo, com um peso de 27,9%, apresenta um aumento significativo, em relação ao ano de 2021 de 17 584 834 EUR.

Comparativamente ao exercício anterior, o acréscimo verificado justifica-se essencialmente pelas variações nas contas referentes a devedores por atribuição de subsídios ao funcionamento e ao investimento, pelos montantes de 16 423 924 EUR e 933 882 EUR, respetivamente.

Relativamente aos devedores por atribuição de subsídio de funcionamento, o saldo das contas diz respeito a montantes por receber relacionados com projetos de infraestruturas, projetos de I&D, subsídios de ERASMUS e Plano de Recuperação e Resiliência. O maior incremento nesta rubrica, deve-se ao arranque do programa “Agendas para a Inovação Empresarial” um projeto inserido na Componente 5 – Capitalização e Inovação Empresarial.

Neste exercício e para esta tipologia de ativos, a entidade participada NOVA.ID contribuiu para o Grupo NOVA com cerca de 1,8 milhões EUR.

Os valores a receber provenientes de transferências e subsídios, por entidade consolidante, eram os seguintes:

Descrição	31/12/2022	%
Fundação UNL	135 793 960 €	98,7%
UniNOVA	0 €	0,0%
NOVA.ID	1 750 651 €	1,3%
Ajustamentos Intragrupo	0 €	0,0%
Total	137 544 611 €	100,0%

Quadro 39 – Devedores por transferências e subsídios por Entidade

b) Clientes, contribuintes e utentes:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Clientes, contribuintes e utentes apresentava a seguinte composição:

Descrição	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
31/12/2022			
Contas a receber de clientes e alunos	5 377 273 €	(1 317 273 €)	4 060 000 €
Contas a receber de utentes	27 886 386 €	(3 588 177 €)	24 298 208 €
Total	33 263 658 €	(4 905 450 €)	28 358 208 €
31/12/2021			
Contas a receber de clientes e alunos	5 548 445 €	(1 430 845 €)	4 117 600 €
Contas a receber de utentes	24 593 000 €	(3 605 816 €)	20 987 183 €
Total	30 141 444 €	(5 036 661 €)	25 104 783 €

Quadro 40 – Clientes, contribuintes e utentes

No ano de 2022, a rubrica Clientes, contribuintes e utentes, com um montante de 28 358 208 EUR, apresenta uma expressão no valor total do ativo, com um peso de 5,8%, apresenta um aumento em relação ao ano de 2021 de 3 253 425 EUR.

Note-se que a Fundação da Universidade NOVA de Lisboa representa cerca de 99% deste montante.

c) Estado e outros entes públicos:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2022		31/12/2021	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS				
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	0 €	4 576 €	0 €	4 778 €
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	0 €	2 072 549 €	5 148 €	1 989 132 €
Imposto sobre o valor acrescentado	428 976 €	963 847 €	426 059 €	782 044 €
Contribuições para a Segurança Social	0 €	2 752 215 €	0 €	2 682 471 €
Outras tributações	0 €	0 €	0 €	0 €
Total	428 976 €	5 793 186 €	431 207 €	5 458 425 €

Quadro 41 – Estado e outros entes públicos

A rubrica Estado e outros entes públicos valores a pagar evidencia a 31 de dezembro de 2022, um montante de 5 793 186 EUR, verificando-se um aumento de 334 761 EUR face ao seu período homólogo.

Relativamente aos montantes a receber da rubrica Estado e outros entes públicos, verificámos uma diminuição de 2 231 EUR face ao exercício anterior, fixando-se nos 428 976 EUR no final do exercício. Este saldo engloba essencialmente os montantes a receber referente a IVA a receber por parte da entidade participada NOVA.ID (91%).

d) Outras contas a receber:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Outras contas a receber apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
OUTRAS CONTAS A RECEBER		
Ativo Não Corrente	0 €	25 050 €
Outros devedores - Receitas/Transferências > 12meses	0 €	25 050 €
Ativo Não Corrente	8 524 188 €	7 126 275 €
Adiantamentos a fornecedores	0 €	30 122 €
Adiantamentos - Ao pessoal	3 375 €	2 856 €
Outros acréscimos de rendimentos	5 461 426 €	4 548 228 €
Cauções Entregues a terceiros	3 725 €	3 725 €
Outros devedores - Receitas/Transferências até 12meses	3 055 663 €	2 541 345 €
Total	8 524 188 €	7 151 325 €

Quadro 42 – Outras contas a receber

A rubrica Outras contas a receber evidencia a 31 de dezembro de 2022, um montante de 8 524 188 EUR, verificando-se um aumento de 1 372 863 EUR face ao exercício anterior. A rubrica possui um peso relativo de 1,7% no total do ativo.

Comparativamente ao exercício anterior, verificamos que a variação da rubrica se deve essencialmente ao aumento dos acréscimos de rendimentos e Outros devedores – Receitas/Transferências até 12 meses, pelos montantes de 913 198 EUR e 514 318 EUR, respetivamente.

De salientar que apenas a Fundação da Universidade NOVA de Lisboa contribuí para esta componente do ativo no Grupo NOVA.

e) Diferimentos:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Diferimentos no ativo apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
DIFERIMENTOS ATIVOS		
Transferências e subsídios concedidos com condições	300 €	300 €
Economato	43 573 €	41 864 €
Seguros - Alunos	30 886 €	45 246 €
Seguros - Funcionários	3 127 €	3 127 €
Seguros - Viaturas	0 €	95 €
Seguros - Outros	82 234 €	132 565 €
Outros gastos diferidos	1 095 573 €	820 029 €
Total	1 255 693 €	1 043 225 €

Quadro 43 – Diferimentos ativo

No ano de 2022, a rubrica Diferimentos ativos com um montante de 1 255 693 EUR, apresenta uma expressão no valor total do ativo, com um peso de 0,3%, apresenta um aumento de 212 467 EUR face ao exercício de 2021.

Comparativamente ao exercício anterior, o acréscimo verificado justifica-se fundamentalmente pela variação na conta referente a outros gastos diferidos, que dizem respeito essencialmente a novas licenças de software adquiridas/renovadas durante o exercício em análise, mas que o período das licenças se estendem para além do período.

O montante da rubrica é distribuído pelas entidades que englobam o Grupo NOVA com 95,8% pertencentes à Fundação da Universidade NOVA de Lisboa, 1,1% da UniNOVA e 3,1% da NOVA.ID.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Diferimentos no passivo apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
DIFERIMENTOS PASSIVOS		
Rendimentos a reconhecer - Projetos	140 453 798 €	122 308 088 €
Rendimentos a reconhecer – Emprego Científico	10 274 432 €	0 €
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	8 330 712 €	15 985 657 €
Rendimentos da área da educação	31 494 590 €	27 450 858 €
Propinas - 1º ciclo	4 625 125 €	4 719 859 €
Propinas - 2º ciclo	24 005 407 €	20 078 854 €
Propinas - 3º ciclo	2 615 306 €	2 442 947 €
Propinas - Outros cursos	248 752 €	209 198 €
Outros a reconhecer até 12 meses	11 953 654 €	4 109 108 €
Rendimentos a reconhecer - Outros	7 737 324 €	975 452 €
Rendimentos a reconhecer - Prestações de serviços	4 216 330 €	3 133 656 €
Total	202 507 187 €	169 853 712 €

Quadro 44 – Diferimento passivo

A rubrica de diferimentos passivos evidencia a 31 de dezembro de 2022, um montante de 202 507 187 EUR, verificando-se um aumento de 32 653 475 EUR face ao ano anterior, apresenta uma expressão no valor total do património líquido e do passivo, com um peso de 41,1%.

Comparativamente ao exercício anterior, verificamos o acréscimo verificado justifica-se essencialmente pelas variações nas contas referentes a rendimentos a reconhecer (36 264 688 EUR), nomeadamente referente a projetos (18 145 710 EUR), emprego científico (10 274 432 EUR) e de outros a reconhecer até 12 meses (7 844 546 EUR). Em sentido contrário, verificou-se uma diminuição referente a transferências e subsídios de capital obtidos com condições, pelo montante de 7 654 945 EUR.

Nas contas de diferimentos de propinas, que englobam os três ciclos, verificamos que o seu aumento se deve essencialmente ao aumento dos alunos inscritos bem como a normalização entre as entidades constitutivas da especialização de propinas.

Em termos de distribuição, 94,6% pertence à Fundação da Universidade NOVA de Lisboa, 4,8% à UniNOVA e 0,6% à NOVA.ID.

f) Fornecedores:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Fornecedores apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
FORNECEDORES		
Fornecedores c/c	1 551 587 €	1 499 623 €
Total	1 551 587 €	1 499 623 €

Quadro 45 – Fornecedores

Os valores a pagar a fornecedores, por entidade consolidante, eram os seguintes:

Descrição	31/12/2022	%
Fundação UNL	994 883 €	64,1%
UniNOVA	298 886 €	19,3%
NOVA.ID	542 211 €	34,9%
Ajustamentos Intragrupo	(284 393 €)	-18,3%
Total	1 551 587 €	100,0%

Quadro 46 – Dívida a fornecedores por Entidade consolidante

Os montantes a pagar pela Fundação da Universidade NOVA de Lisboa e pela entidade participada NOVA.ID representam 64,1% e 34,9%, respetivamente, da totalidade da dívida a fornecedores do Grupo NOVA. Também devido às transações Intragrupo verificadas no exercício em análise, estes ajustamentos representam uma correção de -18,3% da totalidade da dívida a pagar do Grupo NOVA.

g) Fornecedores de investimento:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Fornecedores de investimentos apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
FORNECEDORES DE INVESTIMENTO		
C/C - Exigível até 12 meses	267 823 €	1 202 374 €
C/C - Exigível a mais de 12 meses	0 €	0 €
Total	267 823 €	1 202 374 €

Quadro 47 – Fornecedores de investimento

Do montante total de dívida a fornecedores de investimento 100% da dívida tem exigibilidade inferior a 12 meses, sendo que o montante diz respeito a 83,2% de saldos da Fundação da Universidade NOVA de Lisboa e 16,2% por parte da UniNOVA.

No exercício de 2022, a rubrica de Fornecedores de investimentos fixou-se em 267 823 EUR verificando-se assim um decréscimo de 934 552 EUR (77,7%) face ao seu período homólogo. Esta rubrica apresenta um peso relativo de 0,1% no total do passivo.

h) Financiamentos obtidos:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Financiamentos obtidos apresentava a seguinte composição:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
FINANCIAMENTOS OBTIDOS		
C/C - Exigível até 12 meses	301 912 €	0 €
C/C - Exigível a mais de 12 meses	0 €	0 €
Total	301 912 €	0 €

Quadro 48 – Financiamentos obtidos

A rubrica Financiamentos obtidos evidencia em 2022 um saldo de 301 912 EUR. Este aumento de 100% deve-se, na sua totalidade, à entidade NOVA.ID que apresenta nos seus registos valores referentes a contas bancárias caucionadas e cartões de crédito, pelo valor de 300 000 EUR e 1 912 EUR, respetivamente.

i) Outras contas a pagar:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Outras contas a pagar apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
OUTRAS CONTAS A PAGAR		
Passivo Não Corrente	9 916 458 €	9 916 458 €
Outros credores	9 916 458 €	9 916 458 €
Passivo Corrente	38 950 200 €	28 808 446 €
Remunerações a Liquidar	18 836 640 €	17 793 733 €
Outros acréscimos de gastos	2 593 240 €	1 620 750 €
Cauções	86 487 €	85 960 €
Sindicatos	2 262 €	2 300 €
Outros credores	17 431 571 €	9 305 703 €
Total	48 866 658 €	38 724 904 €

Quadro 49 – Outras contas a pagar

A rubrica de Contas a pagar evidencia, com referência a 31 de dezembro de 2022, um montante de 48 866 658 EUR apresentando assim um aumento face ao exercício anterior em 10 141 754 EUR. Esta variação corresponde a um acréscimo de 26,2%. A rubrica em questão apresenta um peso relativo no património líquido e passivo de 9,9%.

Em termos de distribuição do total da rubrica, a Fundação da Universidade NOVA de Lisboa representa 75,7%, a UniNOVA 12,1% e a Nova.ID com 12,2%.

Relativamente à conta de outros credores, incluída no passivo não corrente com o valor de 9 916 458 EUR, diz respeito na sua totalidade à dívida relacionada com reafecção do PM 65/Lisboa. Devido aos constrangimentos orçamentais, da última década, apesar do acordo ministerial realizado em 2004, continua a não ser possível dar cumprimento ao estipulado no Despacho Conjunto n.º 291/2004, referente à reafecção ao Ministério da Ciência e do Ensino Superior de parte do PM 65/Lisboa – Colégio Almada Negreiros, porque não foram contempladas verbas nos anos de 2006/2010, em orçamento PIDDAC, para o efeito. Como também não foi prevista qualquer verba, desde o Orçamento de 2011, para este compromisso, o total em dívida irá manter-se.

Observando o Passivo corrente, verificamos que as contas que obtiveram uma variação mais relevante face ao exercício anterior foram as contas outros credores e remunerações a liquidar, com variações de 8,1 milhões EUR e 1 milhão EUR, respetivamente. Relativamente à conta outros credores, não nos é possível identificar com exatidão o motivo da sua variação, pois as entidades consolidadas apresentam um valor considerável e não mencionam qualquer detalhe nas suas demonstrações financeiras e respetivo anexo. Analogamente à conta remunerações a liquidar, o acréscimo verificado diz respeito às estimativas de férias e subsídio de férias registadas para serem reconhecidos os respetivos gastos no exercício seguinte. Devido ao aumento dos gastos com pessoal, e dos respetivos encargos, a estimativa para o exercício seguinte aumentou proporcionalmente.

j) Fornecimentos e serviços externos:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		
Subcontratos	260 557 €	285 170 €
Serviços especializados	27 582 988 €	24 274 653 €
Trabalhos especializados	13 812 348 €	11 605 858 €
Publicidade, comunicação e imagem	814 692 €	1 027 758 €
Vigilância e segurança	2 432 053 €	2 243 313 €
Honorários	3 542 553 €	3 598 330 €
Conservação e reparação	1 963 379 €	1 647 315 €
Serviços bancários	18 294 €	16 918 €
Outros serviços especializados	4 999 669 €	4 135 161 €
Materiais de consumo	6 041 251 €	4 976 497 €
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1 649 481 €	753 470 €
Livros e documentação técnica	352 812 €	232 864 €
Material de escritório	259 849 €	200 599 €
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	163 783 €	171 991 €
Material de educação, cultura e recreio	164 652 €	140 126 €
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	4 028 €	4 028 €
Produtos químicos e de laboratórios	3 436 081 €	3 461 771 €
Outros materiais diversos de consumo	10 564 €	11 648 €
Energia e fluídos	4 023 559 €	2 746 866 €
Electricidade	3 018 693 €	1 847 862 €
Combustíveis e lubrificantes	147 190 €	144 732 €
Água	548 700 €	547 663 €
Outros	308 976 €	206 609 €
Deslocações, estadas e transportes	3 987 163 €	973 324 €
Deslocações e estadas	3 826 026 €	895 171 €
Transportes de pessoal	49 487 €	8 618 €
Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	40 500 €	59 877 €
Outros	71 150 €	9 657 €
Serviços diversos	5 274 980 €	4 175 994 €
Rendas e alugueres	2 143 033 €	1 357 065 €
Comunicação	199 871 €	208 271 €
Seguros	239 429 €	228 574 €
Royalties	45 242 €	77 314 €
Contencioso e notariado	415 €	405 €
Despesas de representação dos serviços	191 957 €	89 443 €
Limpeza, higiene e conforto	2 299 046 €	2 080 157 €
Outros serviços	155 987 €	134 765 €
Total	47 170 498 €	37 432 504 €

Quadro 50 – Fornecimentos e serviços externos

Com referência a 31 de dezembro de 2022, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos evidencia um montante de 47 170 498 EUR, verificando-se assim um aumento de 9 737 994 EUR face ao seu período homólogo. A rubrica possui um peso relativo de 21,9% na estrutura de gastos do Grupo NOVA.

Comparativamente ao exercício anterior, verificamos que o aumento da rubrica se deve aos aumentos de várias contas de fornecimentos e serviços externos, onde destacamos as deslocações e estadas (aumento de 2 930 855 EUR), trabalhos especializados (aumento de 2 206 490 EUR) e fornecimento de energia elétrica (aumento de 1 170 831 EUR). Após analisar as contas de gastos supracitados, concluímos que o aumento verificado encontra-se intrinsecamente relacionado com o retomar gradual da atividade normal das várias Entidades Constitutivas, bem como os aumentos verificados com os fornecimentos de energia e preços de combustíveis durante o exercício em análise.

Em sentido inverso, verificamos um decréscimo nos gastos com publicidade, comunicação e imagem (213 066 EUR), com honorários (55 777 EUR) e com royalties (32 072 EUR), como os mais significantes.

Os gastos com Fornecimentos e serviços externos encontram-se segregados da seguinte forma pelas entidades consolidantes:

Descrição	31/12/2022	%
Fundação UNL	40 884 753 €	86,7%
UniNOVA	1 942 526 €	4,1%
NOVA.ID	4 343 558 €	9,2%
Ajustamentos Intragrupo	(339 €)	0,0%
Total	47 170 498 €	100,0%

Quadro 51 – Gastos com Fornecimentos e serviços externos por entidade consolidante

A entidade-mãe é responsável por aproximadamente 86,7% do total de gastos com fornecimentos e serviços externos seguida da NOVA.ID com 9,2%.

k) Transferências e subsídios concedidos:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Transferências e subsídios concedidos apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES CONCEDIDOS		
Transferências correntes concedidas	3 422 500 €	3 268 147 €
Entidades Públicas	2 232 252 €	1 894 654 €
Entidades Privadas	1 138 254 €	1 340 092 €
Bolseiros s/ Vínculo	51 993 €	33 402 €
Subsídios correntes concedidos	7 610 831 €	5 941 117 €
Associações de Estudantes	175 176 €	132 150 €
Bolsa de Investigação	4 512 975 €	4 167 887 €
Bolsa de estudantes	2 922 680 €	1 641 080 €
Transferências de capital concedidas	17 049 €	181 044 €
Outros subsídios	693 140 €	348 522 €
Total	11 743 520 €	9 738 831 €

Quadro 52 – Transferências e subsídios concedidos

A rubrica Transferências e subsídios correntes concedidos evidencia, a 31 de dezembro de 2022, um montante de 11 743 520 EUR, verificando-se assim um aumento de 2 004 689 EUR face ao exercício anterior.

Comparativamente ao exercício anterior, verificamos que o aumento da rubrica se deve essencialmente ao aumento dos subsídios correntes concedidos para bolsas de estudantes e de investigação. Em sentido inverso, verifica-se a diminuição dos montantes relativos a transferências correntes concedidas a entidades privadas.

l) Prestações sociais:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Prestações sociais apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
PRESTAÇÕES SOCIAIS		
Seguro social voluntário	138 020 €	164 007 €
Total	138 020 €	164 007 €

Quadro 53 – Prestações sociais

Com referência a 31 de dezembro de 2022, a rubrica Prestações sociais apresenta o montante de 138 020 EUR o que representa uma diminuição de 25 988 EUR, cerca de 15,8%, face ao seu período homólogo.

A rubrica Prestações sociais engloba os gastos do período referentes ao seguro social voluntário. Este seguro apresenta-se como regime contributivo de carácter facultativo que visa garantir o direito à Segurança Social dos bolseiros da NOVA que não se enquadrem de forma obrigatória no âmbito de regimes de proteção social.

m) Outros gastos e perdas:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Outros gastos e perdas apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
OUTROS GASTOS E PERDAS		
Impostos e taxas	61 719 €	257 767 €
Dívidas incobráveis	11 140 €	2 494 €
Perdas em inventários	14 745 €	91 672 €
Gastos em investimentos não financeiros	4 005 €	37 766 €
Outros	2 585 643 €	2 690 949 €
Correções relativas a períodos anteriores	1 513 710 €	1 196 226 €
Donativos	0 €	511 463 €
Quotizações	317 225 €	212 535 €
Ofertas e amostras de inventários	0 €	202 €
Diferenças de câmbio desfavoráveis na atividade operacional	19 888 €	11 992 €
Outros não especificados	734 820 €	758 532 €
Juros e encargos suportados	89 €	0 €
Juros de mora	89 €	0 €
Total	2 677 340 €	3 080 648 €

Quadro 54 – Outros gastos e perdas

A rubrica Outros gastos e perdas apresenta, a 31 de dezembro de 2022, um montante de 2 677 340 EUR, verificando-se assim uma diminuição de 403 309 EUR face ao exercício anterior.

Comparativamente ao exercício anterior, verificamos que a diminuição da rubrica se deve essencialmente às reduções verificadas nas contas donativos e impostos e taxas, pelos montantes de 511 463 EUR e 196 048 EUR.

Em sentido inverso, a conta referente a Correções relativas a exercícios anteriores aumento em 317 484 EUR face ao ano anterior, e englobam correções relativas essencialmente a (i) registos de documentos de despesa extraviados referente a períodos anteriores (contabilizados em rubricas do ano), (ii) registos referentes a acertos da especialização de férias e subsídio de férias, estimada no exercício anterior, e (iii) transferências de verbas efetuadas para instituições parceiras no âmbito de projetos de investigação, referentes a exercício anteriores.

A Fundação da Universidade NOVA de Lisboa representa 95,3% do total deste agrupamento, a NOVA.ID com um peso de 3,3% e a UniNOVA com 1,4%.

n) Juros e gastos similares suportados:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Juros e gastos similares suportados apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS		
Diferenças de câmbio desfavoráveis na atividade de financiamento	3 064 €	6 538 €
Juros e encargos suportados	2 961 €	7 481 €
Outros gastos de financiamento	46 149 €	279 654 €
Serviços bancários	46 149 €	279 566 €
Outros não especificados	0 €	88 €
Total	52 175 €	293 673 €

Quadro 55 – Juros e gastos similares suportados

A rubrica Juros e gastos similares suportados evidencia, a 31 de dezembro de 2022, um montante de 52 175 EUR, verificando-se assim uma redução de 241 498 EUR (82,2%) face ao exercício anterior.

Os gastos verificados nas contas de serviços bancários dizem essencialmente respeito a gastos com comissões e outros serviços bancários, onde destacamos as comissões aos serviços de PayPal.

A distribuição deste agrupamento é representada através de 94,3% pela Fundação da Universidade NOVA de Lisboa e 5,7% pela NOVA.ID.

o) Património líquido:

Os movimentos ocorridos no Património líquido figuram no quadro seguinte:

Rubricas	31/12/2021	Aumentos	Diminuições	Aplicação do R.L.E.	31/12/2022
PATRIMÓNIO LÍQUIDO					
Património / Capital	117 331 189 €	0 €	0 €	0 €	117 331 189 €
Reservas	16 451 375 €	0 €	0 €	0 €	16 451 375 €
Resultados transitados	4 540 758 €	2 322 663 €	(1 697 458 €)	4 887 335 €	10 053 299 €
Ajustamentos em ativos financeiros	728 539 €	74 332 €	(21 327 €)	0 €	781 543 €
Excedentes de revalorização	32 065 390 €	0 €	(27 209 €)	0 €	32 038 181 €
Outras variações no património líquido	54 100 791 €	3 190 626 €	(5 309 053 €)	0 €	51 982 365 €
Diferenças de consolidação	(131 200 €)	368 028 €	0 €	0 €	236 829 €
Resultado líquido do período	4 887 335 €	2 426 852 €	0 €	(4 887 335 €)	2 426 852 €
Interesses que não controlam	1 834 872 €	0 €	(903 418 €)	0 €	931 453 €
Total de Património líquido	231 809 049 €	8 382 502 €	(7 958 465 €)	0 €	232 233 085 €

Quadro 56 – Património líquido

A rubrica de património líquido evidencia, a 31 de dezembro de 2022, um montante de 232 233 085 EUR, verificando-se um aumento de 424 037 EUR (0,2%) face ao exercício anterior.

Comparativamente ao período homólogo, verificamos que apesar das diminuições verificadas nas rubricas Outras variações do património líquido (2 118 427 EUR), Resultado líquido do período (2 460 483 EUR) e interesses que não controlam (903 418 EUR), estas são absorvidas pelo aumento verificado na rubrica Resultados transitados, pelo montante de 5 512 540 EUR. Este aumento contempla essencialmente a aplicação do resultado líquido do exercício anterior, pelo valor de 4 887 335 EUR, sendo que durante o exercício é consumido parcialmente com regularizações de exercícios anteriores referentes a regularizações de projetos/subsídios, regularizações de propinas, regularizações de gastos de exercícios anteriores, bem como ajustamento de provisões e participações financeiras detidas pelas várias Entidades Constitutivas.

Em relação à variação registada em Outras variações no património líquido, está relacionada com o aumento das regularizações de projetos/subsídios, bem como das cedências/regularizações de ativos fixos tangíveis ser inferior à diminuição que essencialmente é referente ao reconhecimento de subsídios na proporção dos valores das depreciações de bens subsidiados.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO